

Coletânea de Relatos de Experiência sobre o Monitoramento e a Avaliação dos planos de Educação

Coletânea de Relatos de Experiências sobre o Monitoramento e a Avaliação
dos Planos de Educação

Ministério da Educação
Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
Diretoria de Cooperação e Planos de Educação

Realização: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino.

Organização: Wânia Clemente de Castro, Jhonata Moreira Pereira, Ana Valentina Natal Meirelles, Luciana Silva Castro, Diretoria de Cooperação e Planos de Educação.

Coordenação Técnica: Martha Marilene de Freitas Souza, José Ricardo Albernás, Diretoria de Cooperação e Planos de Educação.

Revisão: Giselle Lira Barbosa Amaro, Diretoria de Cooperação Planos de Educação.

Projeto Gráfico: Diretoria de Tecnologia da informação, Ministério da Educação.

Apoio: Escritório de Gestão de Processos e Projetos Estratégicos – EGPPE, Ministério da Educação.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de narrativas é parte de um esforço de ampliação e aprofundamento da produção técnica da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope), do Ministério da Educação (MEC), em conjunto com integrantes da rede de Assistência Técnica, da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), acerca do processo de monitoramento e avaliação dos planos subnacionais de educação pública, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

As narrativas, aqui apresentadas, configuram no contexto atual da Educação do país uma contribuição relevante. As (os) autoras (res) tomam por referência sua vivência técnica-formadora e relatam estudos e reflexões sobre a complexidade de auxiliar secretarias de educação quanto ao espinhoso desafio de elaborar, adequar, monitorar e avaliar o cumprimento de metas e estratégias dos planos de educação.

A participação dos integrantes da Rede de Assistência Técnica da Dicope, das diferentes regiões, mostra que o desafio foi assumido coletivamente e ratifica a importância da partilha de experiências como resultado das suas observações, no sentido de oferecer subsídios para uma melhor compreensão do processo e, sobretudo, do contexto histórico, onde se realizam as práticas das comissões técnicas de monitoramento e avaliação dos planos.

As(os) autoras(es) presenteiam aos leitores textos onde revelam a face mais recente de seu trabalho, por meio de seus enfoques singulares de reflexão e prática, como o texto “Da potencialidade dos Processos Formativos para o Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação”, de Juliana Aquino Machado, que destaca os valiosos relatos dos participantes nas formações presenciais para melhor compreender a relevância da formação técnica para os municípios.

Outro escrito instigante nos fala sobre “O Desafiador Processo de Articulação para Implementar os Planos de Educação”, de Marsia Maria Sulzbacher, no qual aborda o importante papel do avaliador educacional na constituição dos espaços democráticos de participação e acompanhamento dos planos de educação.

“Os Desafios para Implementação dos PMEs na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro”, escrita por Cíntia da Luz Rodrigues, se propõe a abordar o próprio percurso reflexivo como avaliadora educacional.

A autora Édna Correa Batistotti, dada a sua experiência como Coordenadora estadual da Rede, lança alguns breves olhares sobre a organização e atuação da Rede a partir dos resultados alcançados e desafios enfrentados como poderá ser conferido no texto “A Atuação da Rede de Assistência Técnica para os Planos de Educação em Santa Catarina”.

“Os Desafios da Equipe Técnica do Distrito Federal, no 1º Ciclo de Monitoramento do Plano Distrital de Educação 2015/16 - Organização do Trabalho de Indicadores” é o tema da narrativa de James Oliveira de Sousa que destaca e discute a relevância do tema acerca da construção de indicadores, para o monitoramento dos planos de educação.

O relato de Regina Maria Duarte apresenta os desafios enfrentados pelos municípios que integram a Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU/RS), “Do Ideal ao Real: desafios no monitoramento e avaliação do PME”, a autora destaca a Meta 1, com ênfase na busca ativa e demanda manifesta.

Silvia Zanette de Aragão encerra este primeiro número com o texto “Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação” e consagra

a primeira experiência a partir da discussão das ações do Avaliador Técnico local no processo de monitoramento dos Planos de Educação.

Atualmente podemos encontrar uma gama de reflexões quanto a metodologias, mecanismos e estratégias de gerenciamento de políticas públicas nessa área. Sete narrativas foram reunidas nesta coletânea. Elas ampliam a compreensão sobre uma parte importante da história da educação do país, no que toca ao valor da experiência de profissionais que atuaram no campo, seja próximo ou junto a gestores educacionais e puderam acompanhar o avanço, as dificuldades, os desafios e, do mesmo modo, os retrocessos no que diz respeito ao cumprimento das metas dos planos de educação.

Os relatos de experiências, reunidos nesta edição, resultam do notável amadurecimento profissional de suas(seus) autoras(autores), e têm um inestimável valor histórico. Esta é uma edição única e nela fazemos um agradecimento especial: a toda equipe da Sase por ter concretizado esta publicação online; aos profissionais da Dicope, cujo empenho foi fundamental para o êxito desse percurso; à equipe de avaliadores que - com julgamento responsável - garantiram a lisura da seleção e muito especialmente a todos os técnicos da Rede Dicope que prestigiaram esta iniciativa.

Marcos Ozorio
Secretário

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
DA POTENCIALIDADE DOS PROCESSOS FORMATIVOS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
DESENVOLVIMENTO	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	16
O DESAFIADOR PROCESSO DE ARTICULAÇÃO PARA IMPLEMENTAR OS PLANOS DE EDUCAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
DESENVOLVIMENTO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	23
OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PMES NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	25
INTRODUÇÃO	26
DESENVOLVIMENTO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	33

A ATUAÇÃO DA REDE DE ASSISTENCIA TÉCNICA PARA OS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA-SC	35
INTRODUÇÃO	36
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	42
REFERÊNCIAS	43
OS DESAFIOS DA EQUIPE TÉCNICA DO DISTRITO FEDERAL NO 1º CICLO DE MONITORAMENTO DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 2015/2016: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E INDICADORES.	45
INTRODUÇÃO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
DO IDEAL AO REAL: DESAFIOS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME	57
INTRODUÇÃO	58
DESENVOLVIMENTO	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	65
INTRODUÇÃO	66
OBJETIVOS	67
DESENVOLVIMENTO	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS /CITAÇÕES	71
ANEXOS	72

DA POTENCIALIDADE DOS PROCESSOS FORMATIVOS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Juliana Aquino Machado
Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-RS

INTRODUÇÃO

Os processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) constituem um desafio do ponto de vista da efetivação de políticas públicas de planejamento no âmbito dos entes federados. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e dos PMEs até o ano seguinte, emerge a necessidade da construção de metodologias de monitoramento e avaliação das metas e estratégias construídas. Nesse intento, a partir de 2016 a Dicope/Sase/MEC¹ constrói e busca implementar, através da Rede de Assistência Técnica para os planos de educação, uma metodologia que possibilite aos entes federados sistematizar e realizar os processos de monitoramento e avaliação de seus planos, viabilizando, dessa forma, o acompanhamento da execução das metas e estratégias definidas.

Sendo assim, este relato de experiência, de abordagem descritivo/reflexiva, busca elencar alguns importantes elementos observados por ocasião do trabalho da rede de assistência técnica da Dicope/Sase/MEC no acompanhamento de grupos de municípios do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista da potencialidade dos processos formativos para o direcionamento e execução do trabalho de monitoramento e avaliação dos PMEs, no período compreendido entre 2016 e 2018.

DESENVOLVIMENTO

A experiência vivida como Avaliador Educacional (AE) supervisor², na etapa de construção dos PMEs, possibilitou estabelecer algumas linhas de ação e de entendimento que foram e são ainda fundamentais no desempenho do presente trabalho. À época, o acompanhamento realizado aos técnicos e a participação nos processos formativos por eles desenvolvidos revelou aspectos de suma importância para pensar tanto na perspectiva da implementação

dessa política pública de educação, quanto pela ótica do papel desempenhado pela formação continuada para o desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, a opção discursiva deste relato, com foco na potencialidade dos processos formativos para o monitoramento e avaliação dos PMEs não está descolada de um paralelo comparativo, em que considere o início dessa trajetória, quando da elaboração desses documentos pelos municípios, em 2014.

Com a aprovação dos planos de educação dos entes federados, uma nova demanda se apresenta. O movimento quase inédito, de pensar e concretizar um planejamento que estivesse interligado, contextualizado e em consonância ganha concretude através do processo de monitoramento e avaliação. A nova fase do trabalho representou um grande avanço, do ponto de vista de qualquer planejamento. Sob a ótica das políticas em educação, destaca-se como uma experiência inovadora o fato de se ter um “Plano de Educação”, decenal e construído na perspectiva da consonância com os documentos dos demais entes federados, tendo acompanhamento através de um consistente processo de monitoramento e avaliação do que foi ora planejado.

As ações realizadas na primeira etapa do trabalho (2014/2015) envolveram, de forma intencional e estratégica, a sensibilização dos municípios quanto à relevância do trabalho e foram conduzidas numa perspectiva horizontal de trabalho, entre os AEs e os representantes de cada território. A relação estabelecida, com o fortalecimento de vínculos de trabalho entre os diferentes sujeitos do processo, possibilitou que o trabalho desenvolvido fosse, de fato, um diferencial no desempenho das atividades, o que resultou em um grande acolhimento às ações da rede de assistência técnica na etapa de monitoramento e avaliação.

¹ Diretoria de Cooperação e Planos de Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação.

² Na etapa de construção dos planos de educação, atuei como AE supervisora, no período compreendido entre 2014-2015, acompanhando 4 grupos, cada qual com 25 municípios. Com a reestruturação da Rede de Assistência Técnica para a etapa de monitoramento e avaliação, passo a atuar como AE técnica, acompanhando um grupo de 34 municípios, no período 2016-atual.

O início do trabalho da segunda etapa, foi atravessado por uma conjuntura política turbulenta nos municípios, desencadeando situações como troca de dirigentes, saída de dirigentes para candidatarem-se no pleito, bem como um período de restrição de despesas com viagens e diárias. Tal contexto, por certo, trouxe consigo uma necessidade de que as orientações trabalhadas durante as formações presenciais tivessem que ser sistematicamente retomadas, uma vez que as equipes técnicas dos municípios passaram por diversos ajustes, em consequência das especificidades desse período. A partir de tal situação, tornou-se necessário uma adequação dos planejamentos, em que a metodologia em quatro etapas, proposta pela Dicope/Sase/MEC, necessariamente perpassava (e ainda perpassa) as propostas de todas as atividades formativas, sendo complementadas por temas diversos, de acordo também com as dificuldades e desafios que são demandados pelos municípios.

As atividades formativas desenvolvidas para o monitoramento e avaliação dos PMEs, no período em questão, ocorreram (e ainda tem ocorrido) de forma pontual, do ponto de vista da participação presencial dos municípios. As atividades formativas presenciais representam um momento rico e de suma importância no trabalho pois, além de contemplar as questões pertinentes ao desenvolvimento da metodologia proposta para o monitoramento e avaliação, possibilitam um significativo momento de troca de experiências entre os municípios, com compartilhamento de saberes e vivências construídas no processo singular que é vivido em cada território. No entanto, a partir da compreensão de que os processos formativos se desenvolvem no/com o cotidiano (FERRAÇO, 2008), ou seja, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, pensar a ação da Rede de Assistência Técnica somente a partir dos encontros presenciais é desconsiderar a enorme gama de possibilidades que se apresentam no desenrolar das atividades desenvolvidas, também na relação remota entre município e AEs. Dessa forma, as interações via e-mail, WhatsApp e telefone representam, hoje, uma ação contínua e fundamental, que perpassa o cotidiano do trabalho desenvolvido por cada

município na desafiadora tarefa de monitorar e avaliar seus planos de educação.

Com relação à participação dos municípios nas formações presenciais, ainda que do grupo de 34 (trinta e quatro) municípios atendidos tenham havido mínimas ausências no decorrer dos encontros, foi possível destacar algumas dificuldades, como a redução de despesas, impossibilitando o custeio de deslocamento e pernoite; a realização de outras atividades no município de origem, com convergência de agendas; a dificuldade ante a necessária sensibilização do município (gestores e sociedade em geral) para a importância da tarefa; a falta de conhecimento e aprofundamento sobre a dinâmica de participação popular e democrática, necessária à construção e acompanhamento desses documentos, dentre outros. Tais dificuldades nunca foram representativas de descaso por parte do município, mas de desafios e enfrentamentos reais e legítimos, vividos na peculiaridade de cada território. Por esse motivo, as ausências sempre foram compensadas por um atendimento pós-formação, com atendimento remoto por e-mail, telefone e WhatsApp, que pretendeu suprir o município quanto aos encaminhamentos e orientações tratados presencialmente.

A Dicope/Sase/MEC propõe, para orientação do trabalho, uma metodologia em quatro etapas (BRASIL, 2016), com a finalidade de facilitar e sistematizar o desenvolvimento do trabalho de monitoramento e avaliação dos planos de educação. A primeira etapa compreende a organização do trabalho e caracteriza o momento inicial de apropriação das equipes técnicas ao Plano Municipal de Educação, construído no âmbito do município. Tal etapa representa uma ação fundamental, haja vista as frequentes mudanças de equipes técnicas nos municípios, em função de mudanças de gestão ou de gestores. Essas mudanças representam um grande entrave, pois a apropriação aos aspectos fundamentais do trabalho, bem como às premissas que norteiam a construção dos planos de educação, se constituem em um processo complexo. Para efetivar

essa etapa do trabalho, o município deveria debruçar-se sobre os documentos produzidos em seu território, especialmente do Plano Municipal de Educação e dos Atos Legais decorrentes. Também era momento de definir, internamente, quais as instâncias previstas ou não no PME, que coordenariam o processo, além de proceder a análise quanto à existência de dispositivos legais que definissem o detalhamento da dinâmica de monitoramento e avaliação, com estabelecimento de prazo e periodicidade para tais. Esse foi um período de grande articulação por parte do município, haja vista a necessidade premente de que se instituísem Fóruns Municipais de Educação (FMEs) que, por serem constituídos por diferentes representações da sociedade, seriam por excelência os responsáveis por coordenar os processos de monitoramento e avaliação dos PMEs. Alguns municípios já contavam com FMEs instituídos desde a época da construção dos PMEs. A grande maioria, no entanto, foi tensionada a instituí-lo a partir da aprovação do PME, movimento esse que causou desconforto nas equipes técnicas, uma vez que as mantenedoras usualmente concentram o trabalho junto à rede municipal de ensino. A aprovação dos PMEs desafia, portanto, a uma articulação mais ampla, contando com todas as redes e níveis de ensino, bem como com representantes de outras instâncias da sociedade.

A segunda etapa da metodologia compreende o *estudo do PME*. Nessa etapa, o município precisou organizar-se no sentido de conhecer e aprofundar a discussão acerca das metas e estratégias construídas. Essa, por certo, foi uma etapa do trabalho que demandou uma grande carga de trabalho, uma vez que as equipes técnicas precisaram aprofundar o estudo sobre cada meta e suas estratégias e em relação, também, às previsões de orçamento para cada uma delas, nas peças orçamentárias do município. Tal tarefa provocou mais um necessário movimento, pois as secretarias de educação precisaram entrar em contato com documentos que, via de regra, ficavam somente no conhecimento e domínio de outras pastas. Ao preencherem a ficha de monitoramento, a partir do estudo realizado, muitos municípios depararam-se com situações bastante preocupantes, pois para algumas estratégias não havia previsão

orçamentária, inviabilizando a execução das metas nos prazos previstos. Essa constatação, de certa forma, (re)coloca as secretarias de educação num necessário diálogo com as demais, sinalizando que o planejamento financeiro do município precisa estar profundamente relacionado aos PMEs, prevendo orçamento adequado para o atingimento das metas.

A terceira etapa da metodologia refere-se ao *monitoramento contínuo das metas*. Nessa etapa, o município precisa organizar o levantamento de dados acerca do atingimento das metas e das ações e esforços empreendidos pelo município nesse intento. Para dar conta dessa tarefa, as equipes técnicas precisaram lançar mão de dados produzidos por fontes oficiais e locais. Um grande limitador do trabalho refere-se à dificuldade no levantamento de dados, considerando que diversas fontes oficiais produzem seus dados com uma periodicidade muito superior a dinâmica de monitoramento imposta, de cunho anual. Os dados do Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produzidos a cada 10 (dez) anos, impossibilitam a análise atualizada da evolução das metas e estratégias. Por outro lado, os dados locais, produzidos internamente no município nem sempre dialogam com os dados oficiais, uma vez que são organizados a partir de metodologias diversas e em espaços-tempo também diferentes. Nessa perspectiva, o monitoramento contínuo tem sido efetivado a partir de análises que consideram, em parte, os dados oficiais, mas também projeções realizadas tanto pelos órgãos oficiais de pesquisa, quanto pelas secretarias municipais.

A quarta e última etapa da metodologia diz respeito à *avaliação periódica do PME*. Os planos de educação produzidos pelos municípios diferem muito, quanto à periodicidade do processo avaliativo, contemplando desde avaliações anuais até avaliações quinquenais. Tais diferenças refletem de maneira muito particular na forma com que o município vai organizar o trabalho. Entretanto, algumas convergências, especialmente entre os municípios que já concluíram seu primeiro ciclo avaliativo, podem ser observadas. A primeira delas diz respeito

à necessária mobilização dos sujeitos no território, para a concepção e efetivação de um processo que deveria envolver representações plurais, ampliando as possibilidades de análise dos PMEs. Outra questão relevante traduz-se nas limitações impostas pelos quadros de recursos humanos enxutos e à falta de envolvimento das demais redes de ensino. Ainda, percebe-se que as ações decorrentes de um processo avaliativo, nem sempre são consideradas, excluindo-se etapas importantes, por exemplo, as consultas públicas, que são requisito para alteração do documento ora aprovado também por plenárias, com ampla participação.

Para dar conta de todas as etapas acima descritas, foram propostas nas formações presenciais realizadas, atividades em diferentes formatos. Os desafios que se apresentam ao processo de monitoramento e avaliação podem ser melhor enfrentados a partir de um trabalho sistemático, dinâmico e colaborativo. Ainda que com especificidades, a maioria dos municípios enfrenta situações bastante semelhantes e, portanto, pensar em soluções criadas e executadas de forma local e, portanto, contextualizadas representa um grande avanço do ponto de vista das políticas públicas de planejamento em educação. Sendo assim, dentre as atividades propostas nas formações presenciais, destacam-se o estudo dos materiais produzidos pela Dicope/Sase/MEC, atividades e exercícios práticos por meio de oficinas, as trocas de experiência entre os municípios e as propostas de atividades a serem replicadas no contexto local. Além dessas dinâmicas, o atendimento individualizado ou em pequenos grupos revelou-se bastante produtivo, especialmente em função das especificidades dos municípios e das situações inéditas que se apresentam a cada contexto.

Dentre as estratégias formativas elencadas, os relatos de experiência dos municípios foram aos poucos se revelando como importante elemento potencializador e, por isso mesmo, conquistando um espaço sistemático em todas as atividades presenciais. Ainda que apresentando realidades diversas, tanto com relação à extensão do município, ao número de habitantes, de escolas, de estudantes,

bem como com relação às características geográficas, de colonização e conseqüentemente, de cultura, os relatos de experiência possibilitaram aos técnicos entrar em contato com processos semelhantes, com desafios convergentes e, principalmente, com estratégias encontradas em outros territórios para a superação de algumas dificuldades recorrentes e inerentes ao processo. O compartilhamento, tanto de dificuldades identificadas, quando das possibilidades vislumbradas tenciona os técnicos dos municípios a retornarem para seus territórios melhor subsidiados, instrumentalizados e empoderados quanto às ações necessárias para monitorar e avaliar seus planos e, principalmente, a buscar alternativas viáveis para qualificar a educação no município. O planejamento e o (re)planejamento das propostas formativas é permanente, bem como as estratégias de ação utilizadas são (re)significadas a partir da interação do grupo de AEs com os municípios, considerando suas particularidades, suas trajetórias individuais e as singularidades de um processo único e inédito, do ponto de vista da interdependência entre os documentos elaborados. A metodologia de formação utilizada trouxe aos municípios uma possibilidade de melhor sistematização para encaminhamento do trabalho de monitoramento e avaliação dos PMEs. Com isso, os municípios conseguem visualizar o processo de forma mais concreta e objetiva, com prazos, ações e tarefas claras a serem desenvolvidas.

Entretanto, ainda que abordados durante as formações presenciais, alguns temas despertaram muitas dúvidas nos técnicos dos municípios, quando de seus retornos ao território, evidenciando a necessidade de que a abordagem de trabalho considere sempre a retomada e aprofundamento da metodologia em quatro etapas proposta. Alguns temas, exaustivamente aprofundados durante as formações, ganham eco quando do desenvolvimento do trabalho no município; outros, quando levados à prática, suscitam questionamentos outros que somente durante o desenvolvimento das ações podem ser levantados. Em alguns momentos, ficou mais evidente a dificuldade na articulação local das informações trabalhadas na formação com os

responsáveis pelas questões da educação no território. As dificuldades apresentadas pelos municípios vão desde o preenchimento dos instrumentos de planejamento até a articulação e mobilização dos representantes das instituições para o trabalho.

Do ponto de vista das equipes técnicas, foi possível destacar alguns relatos dos participantes nas formações presenciais, em que dialogam com a compreensão já abordada, da relevância e potencialidade dos processos formativos para o desempenho do trabalho. Tais excertos foram retirados das fichas de avaliações das formações presenciais desenvolvidas durante o período 2016-2018 e de formulário específico, encaminhado às equipes técnicas em junho de 2018:

Considero extremamente pertinente estes momentos de formação pois oportunizam atualização de informações e troca de experiências entre os representantes dos diferentes municípios de diferentes realidades. (Técnico 1)

As formações de monitoramento e avaliação do PME são de fundamental importância para o nosso município. É por meio deste assessoramento das formações que conseguimos com mais qualidade reunir segmentos envolvidos com a educação do município através do FME. (Técnico 2)

As formações para avaliar o PME, não estão fáceis pois estamos com pouco tempo, tendo em vista o tempo ainda assim estamos conseguindo reunir o fórum para debater e avaliar o PME, e construir e escrever o relatório. As ações são previstas normalmente adequando tempo e horário dos participantes do fórum. Discussão e relatos tornam-se importantes e a participação está a contento. (Técnico 3)

Entendemos que é de grande importância este trabalho de apoio a todos municípios promovendo a Participação e Integração de todos compartilhando dúvidas e sugestões para um melhor andamento deste processo. (Técnico 4)

As atividades formativas foram muito significativas pois nos deram rumo na construção e orientam no monitoramento e avaliação do PME. (Técnico 5)

O trabalho de orientação e assessoria foi de fundamental importância para a construção, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do meu município. Os encontros de formação nos deram segurança e direção ao trabalho, além da importância da troca de experiência. (Técnico 6)

Os relatos apontam para a compreensão compartilhada sobre a potencialidade dos processos formativos desenvolvidos, no âmbito do trabalho da rede de assistência técnica, para o monitoramento e avaliação dos PMEs. As trocas de experiência merecem um especial destaque, concretizadas através dos relatos, mas também de uma dinâmica participativa de condução das discussões presenciais.

Nessa perspectiva, considerando as percepções tanto da Rede de Assistência Técnica, quanto das equipes técnicas dos municípios, é possível afirmar sobre a relevância dos processos formativos desenvolvidos, no âmbito do trabalho da Rede de Assistência Técnica, proporcionando aos municípios uma possibilidade de melhor apropriação da metodologia, bem como uma melhor articulação acerca dos princípios norteadores do planejamento dessa política pública em educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da narrativa descritivo/reflexiva apresentada, evidencia-se a necessidade de que as atividades formativas pontuais e o acompanhamento remoto (que também constitui um importante elemento formativo) possam ter ocorrência sistemática. Tal necessidade pode ser destacada tanto através das reflexões coletivas dos AEs, quanto dos relatos dos municípios, evidenciando a relevância das ações propostas, com destaque para as atividades presenciais, para uma melhor apropriação da metodologia (que por ser dinâmica, precisa ser revista e discutida de forma recorrente) e para a troca de experiências acerca das dificuldades que surgem no decorrer do trabalho.

É importante destacar que a estreita relação de trabalho que se estabeleceu entre avaliador técnico e equipes técnicas dos municípios, favoreceu sobremaneira a organização do trabalho e viabilizou um trabalho efetivo de assessoria, possibilitando sanar as dificuldades apresentadas quando elas se apresentam, de forma remota, mas com uma proximidade desencadeada pelo vínculo de trabalho que já havia se consolidado.

Finalmente, cabe sinalizar sobre a relevância na continuidade dos processos formativos, em que envolvam atividades presenciais e a distância, possibilitando a manutenção e qualificação do trabalho desenvolvido em cada município, bem como fortalecendo o grupo, como coletivo e, portanto, evidenciando cada vez mais o caráter colaborativo que pode assumir o trabalho com as interações e compartilhamento de saberes e vivências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 de ago. de 2018.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase). Caderno de Orientações para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. Brasília:MEC, 2016. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pne_caderno_de_orientacoes_final.PDF. Acesso em: 18 de ago. de 2018.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo, formação continuada de professores e cotidiano escolar: fragmentos de complexidade das redes vividas. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores e currículo**. São Paulo: Cortez, 2008.

O DESAFIADOR PROCESSO DE ARTICULAÇÃO PARA IMPLEMENTAR OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

Marsia Maria Sulzbacher
Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-RS

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.005, de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo 20 (vinte) metas para a década. A história recente nos mostra que aprovar um PNE é insuficiente, sendo fundamental construir estratégias alinhadas para os planos de educação, conforme previsto na legislação, em todas as unidades federativas e estabelecer ações pactuadas entre os entes federados para sua implementação.

A articulação do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope), da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), foi fundamental ao longo dos últimos anos para cumprir esse objetivo. A constituição do grupo de Avaliadores Educacionais (AE) para assistência técnica na elaboração e, posteriormente, para monitoramento dos planos de educação, é resultado positivo dessa aproximação. Coletivo que, desde 2013, atua para que os planos de educação sejam uma realidade em todo país e para que suas metas efetivamente contribuam para o avanço da educação, buscando a universalização dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e a melhoria da qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Esse grupo construiu sua rica trajetória na caminhada, num período de múltiplas experiências, acertos, erros, avaliações e replanejamentos. Nessa experiência em construção, busco destacar o papel do AE na orientação aos municípios para a articulação necessária, especialmente na instituição de Fóruns Municipais de Educação (FMEs) ou na constituição das comissões coordenadoras para elaboração, monitoramento e avaliação dos planos de educação.

DESENVOLVIMENTO

Desde 2014 acompanho os planos de educação, inicialmente orientando para criação de diagnósticos e estratégias para o Plano Estadual de Educação (PEE) e para os Planos Municipais de Educação (PME) e na sequência os seus monitoramentos. Nesse processo atuei como coordenadora, supervisora de grupos e, atualmente, supervisora-geral da equipe de Avaliadores Educacionais do Rio Grande do Sul-RS.

As primeiras experiências na implantação das funções de AE ocorreram no segundo semestre de 2013. Nas etapas iniciais, os AEs trabalharam pela adesão dos municípios à proposta desenvolvida pela Sase/MEC, cujos objetivos principais foram orientar os entes federados na constituição de diagnósticos confiáveis, com dados bem organizados e atuais.

Com esse diagnóstico realizado, iniciou a elaboração das metas em consonância com o PNE, que tramitava desde 2011 no Congresso Nacional. Essa fase teve alguns aspectos mais equilibrados, porque as unidades manifestavam sua adesão à metodologia e, na medida em que eram constituídos grupos de municípios, o AE iniciava a formação e a orientação, existindo tempo para o processo, com maior possibilidade de idas e vindas para orientar, de forma mais adequada, o município.

Por outro lado, alguns aspectos dificultaram a trajetória, como é o caso das diferentes regiões de origem dos municípios que apresentavam interesse no projeto. Além das distâncias entre as unidades no Rio Grande do Sul, ampliar o ritmo de adesão à metodologia de construção dos PMEs, em alguns momentos, foi complicado, considerando que o PNE ainda não era uma lei.

Com a aprovação do PNE, em junho de 2014, uma nova fase foi inaugurada, sendo o prazo curto para realização de diagnósticos e a elaboração de Planos em consonância com a Lei nº 13.005/2014, em todos os territórios, um enorme desafio. Muitos esforços foram realizados para implantar o previsto no plano:

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

[...]

§ 3º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º.

A constituição de representante referência do PME por município, orientada pela Dicope, foi iniciativa acertada, pois ampliou a visão de rede articulada, com posições menos individualizadas e valorizando as perspectivas mais coletivas, mais territoriais, onde a criança, o adolescente, o adulto, o idoso, que está na escola ou dela necessita, fosse a centralidade do enfoque, não importando se está na rede municipal, na rede estadual ou em alguma escola privada.

Concomitante a esse processo, a constituição da equipe de AEs enquanto um coletivo, com formação e criação de identidade, tornou-se fundamental. O prazo foi exíguo, acarretando muitas falhas ao longo do processo, sendo o tempo insuficiente para aprofundar todos os temas, realizar os encontros presenciais necessários para uma orientação de maior qualidade. Apesar dos percalços, no Rio Grande do Sul os AEs lograram êxito, com a grande maioria dos municípios construindo e aprovando seu plano de educação no período estabelecido e em consonância com o PNE.

Quando tratamos de um plano para o território, com um período longo como uma década, os desafios se multiplicam, pois representa a vida de uma criança, onde a trajetória escolar pode representar

sua inclusão, com satisfação em compor aquele espaço educativo, onde é acolhido por um professor realizado, bem formado e com boa remuneração ou sua exclusão escolar. Nessa perspectiva o cidadão do território necessita passar à centralidade.

Ao longo dessa caminhada, foi desafiador aprofundar vivências democráticas, respeitosas e de colaboração entre as diversas instituições envolvidas. Inicialmente, apresentou-se como essencial estabelecer relações de confiança, principalmente com os representantes dos municípios. Contornada essa fase, a articulação entre as diversas instâncias municipais, aproximando suas várias instituições, conciliando as visões distintas sobre como garantir qualidade na educação, apesar das convicções ideológicas e político-partidárias distintas, se constituiu como essencial para aprovar os planos e estabelecer formas para seu monitoramento.

A trajetória interage com as 20 metas, desde a educação infantil, perpassando pelo ensino fundamental, ensino médio, acesso e qualidade na educação superior e nas diversas possibilidades de pós-graduação. Obter sucesso nessa caminhada não é possível sem uma gestão democrática, sem escuta do estudante, do professor e da sua comunidade escolar. Essa escola necessita de recurso para sua manutenção, com ampliação de financiamento, de tecnologias inovadoras, políticas afirmativas e superação das desigualdades educacionais, que garanta o acesso à escola de educação básica e à universidade, com políticas de permanência, com estratégias que possibilitem superação da desigualdade racial, regional, religiosa, sem descuidar do desenvolvimento integral do sujeito, de suas peculiaridades desde a orientação sexual, crenças, opções de vida, diversas necessidades específicas e tudo mais que contribui para uma escola de qualidade social.

Com esse complexo leque de desafios, somente com o auxílio e compromisso dos segmentos escolares, do envolvimento de órgãos representantes dos trabalhadores, de escolas de educação básica e educação superior, gestores, legislativo, conselhos

de controle social, enfim, as diversas organizações do território, reunidas em um fórum permanente, com o mesmo objetivo, é que poderemos avançar no cumprimento das metas e estratégias estabelecidas.

A Lei nº 13.005/2014 reafirma a importância de espaços de debate da educação, seja para a construção e acompanhamento dos planos de educação, envolvendo as diversas instâncias, seja para a reflexão sobre temas fundamentais para a educação municipal, estadual e nacional. Assim, coloca no centro o protagonismo dos entes federados e dos vários segmentos, afirmando:

Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e

estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1º O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

§ 2º As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

[...]

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas

neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

[...]

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

[...]

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

Para implementar os espaços de gestão democrática, fortalecidos com a participação popular, como previsto na Meta 19, os AEs foram orientados a estimular a constituição de fóruns municipais de educação e, na sua impossibilidade, as comissões coordenadoras de monitoramento dos planos de educação. A priorização teve ótimo resultado e contribuiu para que a instância permanente fosse organizada e assumisse protagonismo nos temas relacionados à educação no município. Uma das questões relevante nesse processo foi esclarecer a respeito do papel dos fóruns, evitando sobrepor ou confundir seu papel com a função de outras organizações de controle social, como é o caso dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACCS Fundeb). Para essa articulação é fundamental a reunião de instituições que representam movimentos sociais, gestores escolares da rede pública e privada, executivos municipais e estaduais, num espaço fomentador de debates, de diálogo e de monitoramento dos planos de educação. Acreditamos que o fortalecimento de todas as instâncias de organização e controle social qualificará a participação e a democracia.

O trabalho desenvolvido pelos AEs se deparou com uma série de dificuldades, seja pelo período complexo pré-eleições municipais, com troca de gestores em mais de 50% dos territórios, pela rotatividade de referências nos municípios, com alterações frequentes em alguns casos, pelas várias administrações que possuem equipes extremamente reduzidas, sendo muitos os exemplos em que a secretaria possui apenas um assessor ou o secretário se constitui na única pessoa da secretaria. Essa conjuntura exige grande dedicação do AE, disposição para constantes recomeços e necessidade aprofundamento dos conhecimentos constituídos pelo grupo de assistência técnica.

Percalços foram observados nessa constituição de coletivos e fluxos de monitoramento

e avaliação, decorrentes das dificuldades enfrentadas nos territórios, especialmente em relação ao número de integrantes e formação das equipes das secretarias municipais de educação, cabendo aos componentes do fórum ou da comissão assumirem o papel da equipe técnica, por exemplo, o que se constitui em uma alternativa insuficiente, o que necessita ser superada com o debate e as articulações dessas instâncias constituídas. Os contratempos para obtenção de dados atualizados por território apontam para urgência na construção de alternativas, assim como a necessária ampliação de formas de investimento na educação, para evitar maior risco para alcance das 20 metas dos planos de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os AEs cumprem um papel importante na constituição dos espaços democráticos de participação e de acompanhamento dos planos de educação, assim como no fomento a reflexão sobre temas relativos à educação, orientando os representantes dos municípios sobre a organização do seu trabalho, com envolvimento de diversos segmentos nas atividades de formação.

A função de AE na assistência técnica para elaboração de planos de educação e seu posterior monitoramento e avaliação, por si só é inédita, necessitando de muita formação, de disposição para experiências, muita capacidade de diálogo e para lidar com conhecimentos ainda em construção e, como consequência, em constante revisão.

Além da metodologia sugerida pela Dicope, que orienta sobre o processo em 4 (quatro) etapas, os relatos de experiências têm se constituído como fundamental para desenvolver um trabalho na priorização do coletivo, articulando os diversos entes, o que contribui significativamente para a qualidade na educação, e, principalmente, na experiência participativa e busca de uma gestão democrática dos processos educacionais, colocando o cidadão do território na centralidade do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase). Caderno de Orientações para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PMES NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cíntia da Luz Rodrigues¹
Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-RJ

INTRODUÇÃO

É do impossível que se nutre a pedagogia da esperança. De um impossível viável, de um impossível que, como meta, horizonte, como estrela-guia, ilumina nossa luta e alimenta o otimismo de nossa vontade para não desistir, para não acreditar no conformismo edulcorado que nos impõem os novos senhores do mundo. É do impossível que se nutre a política, construindo utopias de igualdade e justiça, de liberdade e solidariedade que se constroem nas lutas de hoje e se fortalecem nas lutas de amanhã. (GENTILI; MCCOWAN, 2003, p. 271).

O presente relato busca analisar os avanços que os planos de educação proporcionam para as políticas públicas de educação. Partindo das experiências vividas no acompanhamento do processo de elaboração e de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) dos municípios, localizados na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, buscamos identificar os desafios e êxitos que os municípios vêm enfrentando para contemplar as metas estabelecidas, sobretudo a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.004/2014, que se refere à universalização da educação infantil:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Considerando a importância dessa etapa da educação básica para a formação inicial dos indivíduos como direito adquirido através da legislação educacional, algumas questões serão abordadas sobre os limites e os avanços das políticas de educação infantil tendo os municípios da região supracitada como o território das políticas.

De acordo com os dados disponibilizados no site do PNE em Movimento², falta cerca de 22,5% para o estado do Rio de Janeiro alcançar a meta para a faixa etária de creche e 26,8% para o Brasil. Sendo assim, o Rio de Janeiro atende apenas 27,5% da população em creches e, ainda, 23,2% no Brasil. Precisamos pensar nos PMEs como um instrumento de garantia de direito. Assim, utilizaremos uma breve abordagem tendo como referência os autores Stephen Ball, Paulo Freire, dentre outros que trabalham com a temática abordada, como também a legislação da educação brasileira.

Apesar dos documentos legais não assegurarem a sua execução em algumas realidades, eles podem ser utilizados para reivindicar ou assumir algumas formas de intervenção. Por esse motivo, faremos breve resgate histórico que oportunizará, também, uma contextualização legal referente à Meta 1 do PNE.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no art. 208, dispõe sobre a garantia da educação básica obrigatória e gratuita como direito público e subjetivo, enfatizando a responsabilidade do poder público na oferta da educação infantil.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) [...] § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular,

1 Avaliadora Educacional Técnica Dicope/Sase/MEC Mestre em Políticas Públicas de Educação (UFF) cintiadaluzz@yahoo.com.br .

2 Disponível em <http://pne.mec.gov.br/> , ambiente de suporte aos municípios desenvolvido pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase).

importa responsabilidade da autoridade competente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, no art. 4º estabelece, também, a obrigatoriedade da oferta da educação básica, a partir dos 4 anos (pré-escola):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) [...]

O art. 11 da LDB complementa que a responsabilidade da oferta de educação infantil será incumbência dos municípios, incluindo a faixa etária de creche:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:
I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; [...]
III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, [...]

Os incisos I e IV do referido artigo estabelecem, ainda, a responsabilidade de autorização, acompanhamento e supervisão dos estabelecimentos de ensino que integram o Sistema Municipal de Educação. Conforme determinado no art. 18 a educação infantil, as iniciativas públicas e privadas, compõem os sistemas municipais:

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:
I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; [...]

Atualmente, políticas públicas de nível federal, estabelecidas por meio de programas e ações, visam à busca constante pela universalização da faixa etária da pré-escola, como também o aumento progressivo da oferta da faixa etária de creche, que objetivam o cumprimento da meta estabelecida nos PMEs, que foram elaborados à luz do Plano Nacional.

Assim, a CF/1988, a LDB e o PNE estabelecem fundamentos e estratégias para a organização e gestão dos sistemas de ensino no cumprimento da Meta 1 do PNE. Os municípios se deparam, desde o ano de 2015, quando seus planos municipais foram homologados, com o desafio da ampliação da oferta de vagas na educação infantil. A metodologia de monitoramento e avaliação dos PMEs, proposta pela Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope), da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), do Ministério da Educação (MEC), tem auxiliado os municípios no alcance das metas, através de formações e acompanhamentos desenvolvidos pelos Avaliadores Educacionais (AEs).

Trabalhar, desde o ano de 2015, acompanhando a gestão dos municípios no monitoramento e na avaliação do cumprimento das metas estabelecidas nos PMEs, instigou-nos a refletir e escrever sobre a experiência vivida. Dessa forma, poderemos construir um caminho compreendendo os avanços e limites das políticas implementadas, além de produzir conhecimento que nos faça trilhar novos caminhos.

DESENVOLVIMENTO

A experiência vivida pelo acompanhamento de 19 (dezenove) municípios, localizados na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, como AE

técnica da Dicope/Sase/MEC, descreve os desafios vividos pelos municípios, identificando um caminho interessante para se entender como se constitui o movimento de construção das políticas públicas de educação.

O trabalho desenvolvido com os municípios compreende acompanhamentos constantes através de telefonemas e/ou trocas de mensagens (e-mail e WhatsApp); das formações presenciais com as equipes técnicas e comissões coordenadoras do Processo de Monitoramento e Avaliação dos PMEs, realizadas mensalmente, em polos pré-estabelecidos; de realização de visitas aos entes para atendimento individualizado ou para participação nas consultas públicas, com o objetivo de esclarecer a metodologia proposta. Os espaços de formação são caracterizados pela troca de experiência entre os participantes, como também pela construção de conhecimento, embasados em leituras de textos e/ou estudos dos indicadores municipais, disponibilizados pelos

órgãos oficiais, com atividades práticas elaboradas de acordo com as necessidades apontadas, com o objetivo de auxiliá-los no estudo dos PMEs.

Nas formações proporcionamos a eles um espaço para relatos das experiências na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento e na realização das conferências de avaliação dos PMEs. Esse momento possibilita uma valiosa troca, onde são descritos não só êxitos e acertos, como também as dificuldades encontradas nas etapas do trabalho. As equipes expõem as fragilidades observadas e apontam novos caminhos para a continuidade do processo, alertando àqueles que ainda se preparam para a consulta pública. Um fator que preocupa as equipes nos relatos é o índice de participação da sociedade civil e de todos os atores envolvidos com a educação da cidade. Como proporcionar um ambiente democrático, em que todos possam ter direito de estar presente, falar, ser ouvido e decidir sobre o rumo das políticas públicas da educação

Municípios	População/IBGE	
	2000	2010
1. AREAL	9.899	11.421
2. BOM JARDIM	22.651	25.398
3. CACHOEIRAS DE MACACU	48.543	54.370
4. CANTAGALO	19.835	19.826
5. CARMO	15.289	17.439
6. COMENDADOR LEVY GASPARIAN	7.924	8.183
7. CORDEIRO	18.601	20.403
8. DUAS BARRAS	10.334	10.933
9. MACUCO	4.886	5.269
10. NOVA FRIBURGO	173.418	182.016
11. PETRÓPOLIS	286.537	296.044
12. SANTA MARIA MADALENA	10.476	10.321
13. SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	19.278	20.252
14. SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	8.402	8.906
15. SAPUCAIA	17.157	17.504
16. SILVA JARDIM	21.265	21.360
17. SUMIDOURO	14.176	14.920
18. TERESÓPOLIS	138.081	163.805
19. TRAJANO DE MORAES	10.038	10.281

Fonte: IBGE - Censo Populacional 2000 e 2010.

daquela localidade? Não basta propor a participação, é necessário criar condições materiais concretas para que ela aconteça.

Observemos o movimento populacional dos municípios analisados, no período de 10 anos, entre os Censos Populacionais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2000 e 2010. Fonte: IBGE - Censo Populacional 2000 e 2010.

Nesse percurso de tempo observamos um aumento populacional na região, comprovado pelos números descritos no gráfico acima. Destacamos que, no ano de 2011, ocorreu uma catástrofe ambiental decorrente de fortes chuvas na região, que ocasionou muitos óbitos nos municípios mais atingidos,

motivo que nos alerta sobre a projeção populacional observada e a que será revelada na próxima contagem que ocorrerá daqui a dois anos. Ressaltamos que, ao estudar outros indicadores municipais que refletem esse período na região, observamos a redução dos índices educacionais.

Ao consultar os indicadores da Meta 1 no site PNE em Movimento, os municípios apresentavam percentuais abaixo do previsto no PNE. Considerando que os PMEs dos municípios analisados foram elaborados no ano de 2015, conforme preconizou a Lei do PNE/2014, segue a projeção do número absoluto de matrículas da educação infantil, observado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), até o ano de 2017, incluindo escolas públicas e privadas:

Municípios	Matrículas Ed. Infantil			Matrículas Ed. Infantil		
	Censo Inep			Censo Inep		
	Anos			Anos		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
1. AREAL	103	152	208	319	353	313
2. BOM JARDIM	383	403	374	685	679	708
3. CACHOEIRAS DE MACACU	814	776	779	1447	1338	1435
4. CANTAGALO	61	183	53	620	512	488
5. CARMO	321	374	390	460	453	449
6. COMENDADOR LEVY GASPARIAN	95	131	159	344	327	293
7. CORDEIRO	395	463	451	581	547	569
8. DUAS BARRAS	228	265	249	307	282	284
9. MACUCO	142	184	199	242	207	197
10. NOVA FRIBURGO	3603	3556	3767	4377	4495	4403
11. PETRÓPOLIS	4835	5277	5549	7162	7070	7099
12. SANTA MARIA MADALENA	172	174	195	193	193	190
13. SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	63	67	140	424	417	522
14. SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	243	459	229	212	195	191
15. SAPUCAIA	116	257	265	443	424	452
16. SILVA JARDIM	399	438	485	626	667	668
17. SUMIDOURO	88	88	100	430	436	447
18. TERESÓPOLIS	2582	2409	2712	3752	3897	4175
19. TRAJANO DE MORAES	152	169	164	265	243	248

Fonte: Inep - Censo Educacional 2015 a 2017.

Ao analisar as matrículas de educação infantil, na faixa etária de creche e pré-escola, declaradas anualmente através do censo educacional, disponibilizados pelo Inep, observa-se, de forma geral e pontual, o avanço no atendimento dessa etapa da educação básica na região, fato que comprova um esforço no cumprimento da Meta 1. Devido ao último censo populacional do IBGE ter sido realizado no ano de 2010, os municípios têm dificuldade no cálculo dos indicadores praticados, como também no preenchimento da Ficha de Monitoramento, na projeção para alcance das metas. Porém, os números absolutos trazem pistas sobre possíveis avanços, enquanto os entes aguardam o novo censo populacional previsto para o ano de 2020.

Importante ressaltar uma das primícias do PME, trabalhadas no processo de formação com as equipes municipais, que trata de um plano de território, com a abrangência de todas as instituições de educação dos municípios, incluindo a iniciativa privada. Por esse motivo, todas as instâncias devem ser incluídas nas discussões como, também, nos indicadores que demonstram o alcance das metas previstas nos planos de educação.

Ao monitorar e avaliar o PME discutido e homologado em 2015, as equipes municipais revivem, para aqueles que participaram do processo, resgatam para aqueles que não tiveram oportunidade, a discussão que definiram os rumos da educação municipal para o decênio e, de certa forma, apropriam-se como sujeitos ativos do processo.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...]. (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

No decorrer desse processo vivenciamos, entre 2016 e 2017, mudanças das equipes municipais,

devido às eleições, porém sempre acreditando na continuidade das políticas públicas, no caso dos PMEs, que não são planos de governo, novas equipes são constantemente formadas e orientadas para conduzir o trabalho. Vale a pena ressaltar também, o crescimento das equipes que perpassam pelas gestões municipais e tornam-se cada vez mais empoderadas no processo e capazes de garantir a continuidade das ações implementadas.

Uma breve reflexão sobre o processo de elaboração, execução e avaliação dos PMEs, nos remete aos cinco contextos no processo de elaboração das políticas públicas, chamado de ciclo de políticas, descritos por Stephen Ball: o contexto de influência, da produção do texto político, das práticas, dos resultados/efeitos e da estratégia política (MAINARDES, 2011). O primeiro contexto é de influência, onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos, os grupos de interesses disputam para influenciar na definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Esse contexto se relaciona com o segundo, que é o da produção do texto, vivenciado pelos municípios no período de realização das conferências de educação. Os textos políticos representam as políticas de várias formas, em textos legais oficiais, comentários formais ou informais sobre textos oficiais, que precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local de sua produção, pois a política não é finalizada no momento legislativo, é o resultado de disputas e acordos, pois os grupos competem entre si para controlar as representações da política. As respostas a esses textos têm consequências reais, que são vivenciadas no contexto da prática, onde a política está sujeita à interpretação e à recriação, na qual produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Esse é o momento que se encontram os municípios, no processo de monitoramento e avaliação dos PMEs. Os professores e demais profissionais exercem um papel ativo nesse processo: o que eles pensam e o que eles acreditam têm implicações para a implementação das políticas. Os demais contextos descritos por

Ball também são evidenciados nesse terceiro ano de vigência dos PMEs. O quarto contexto do ciclo de políticas, dos resultados ou efeitos, traz a ideia de que as políticas têm efeito, em vez de simplesmente resultados, e preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. As políticas nesse contexto deveriam ser analisadas em termos de seus impactos e das interações com desigualdades existentes. O último contexto do ciclo de políticas é o de estratégia política, que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política pesquisada.

Pretendemos analisar o contexto da prática com destaque, considerando os PMEs, como documentos legais já construídos, e que nesse momento estão sendo submetidos à avaliação, num espaço onde gestores, professores, demais profissionais e todos os interessados pela educação, constroem suas práticas, elaboram estratégias e reconstróem as políticas educacionais.

O plano de educação, desde a sua elaboração, para além de seu caráter normativo, deve ter a concepção de planejamento estratégico participativo, como também suas várias etapas: execução, monitoramento e avaliação. Dessa forma, ele foi elaborado com metas, estratégias e prazos que devem ser acompanhado por todos os envolvidos, perpassam pelos contextos das políticas descritas acima.

Na composição das equipes técnicas, após esclarecimentos sobre sua importância, os municípios incluíram os responsáveis pelo censo escolar e pelo Plano de Ações Articuladas (PAR) nas secretarias de educação. Essa iniciativa contribuiu para um envolvimento maior da equipe no registro fidedigno dos alunos, que retrata a realidade nos índices municipais, envolve a rede pública e a iniciativa privada. Os técnicos responsáveis pelo PAR começaram a participar das discussões relativas ao planejamento da educação, que possibilitou uma compreensão e um envolvimento maior no processo. Na fase de diagnóstico do PAR, os municípios

deveriam inserir as metas de seus PMEs, com o objetivo de receberem recursos ou insumos do governo federal para sua execução. Os programas federais necessitam estar articulados com os PMEs.

Os municípios, após a consolidação e validação do trabalho das equipes técnicas, que envolve o estudo dos PMEs e produção dos relatórios anuais de monitoramento, pelas comissões coordenadoras, estão realizando, desde o ano de 2017, as consultas públicas para avaliação dos planos, de acordo com o período estabelecido em suas leis municipais. Realizamos reuniões prévias com as equipes das secretarias e as comissões antes da realização do evento, com o objetivo de esclarecer sobre os procedimentos necessários. Avaliamos que o resultado tem sido positivo e evidenciamos os avanços das equipes no decorrer de cada etapa do trabalho proposto.

Considerando as marcas autoritárias presentes na história social e educacional de nosso país, destaca-se os anseios por democratização expressos na Lei do PNE, quando indica as instâncias responsáveis pelo processo de avaliação dos planos. Nos processos formativos das equipes, evidenciamos a participação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs), dos Fóruns Municipais de Educação (FMEs), de vereadores da Câmara Legislativa e, ainda, como característica da região, dos secretários e subsecretários de educação, que participam ativamente do processo em seus municípios. A participação das instâncias, já consolidados pelos preceitos legais no âmbito municipal e nacional, além disso, a análise e troca das experiências de gestão educacional propicia um amplo debate, contribuindo para a construção de uma massa crítica de reflexões sobre as políticas públicas de educação para a região.

Esse relato constitui numa reflexão destinada tanto à comunidade educativa – aqui definida como um conjunto de formuladores, executores que tomam decisões sobre políticas públicas em educação – quanto àqueles interessados em acompanhar e/ou intervir na evolução da educação oferecida no território onde vivem. Esperamos, assim, possibilitar

a abertura de um canal de comunicação/articulação entre o poder público e a sociedade, potencial usuária dos serviços oferecidos nos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós. (KOSIK, 2011, p. 22)

O caminho para o fortalecimento do sentido público da educação passa pela construção de instrumentos democráticos, que viabilizem a presença efetiva do exercício da cidadania nos destinos da escola e das políticas educacionais dos municípios.

Alguns avanços e limites são observados nesse processo. Inicialmente, ressaltamos a importância da mobilização das equipes das secretarias e das comissões coordenadoras para os momentos de formação, que são as instâncias estabelecidas por lei, como também dos secretários municipais de educação, característica peculiar desse grupo de municípios. Após várias participações com suas equipes nos encontros realizados, os secretários decidiram estabelecer entre eles mais uma forma de comunicação para discutir as políticas da região, criaram um grupo de discussão no WhatsApp e uma agenda de reuniões itinerantes nos municípios, com o objetivo de dialogarem sobre experiências exitosas na gestão e soluções para problemas comuns.

Outro aspecto importante foi o envolvimento dos conselhos municipais de educação, órgão responsável em deliberar sobre o Sistema Municipal de Educação, dentre eles a autorização de funcionamento das instituições privadas de educação infantil e dos Fóruns Municipais de Educação, instância também responsável em acompanhar a execução dos PMEs. O funcionamento, a conscientização, o envolvimento e o acompanhamento destes órgãos colegiados amplia a discussão para uma educação de qualidade

nos municípios e fortalece a garantia dos direitos à educação.

Vivemos num país em que a opção de governo é a democracia, uma forma de organização política que reconhece a cada sujeito, como membro da comunidade, o direito de participar da gestão dos assuntos públicos. Cabe à comunidade discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os seus próprios problemas. Esse processo de avaliação dos PMEs deve proporcionar essa vivência. Toda a comunidade escolar tem o compromisso de aprender a reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício do seu cotidiano.

Em primeiro lugar, defender a presença participante de alunos, de pais de alunos, de mães de alunos, de vigias, de cozinheiras, de zeladores [...] não significa negar a indispensável atuação dos especialistas. Significa apenas não deixá-los como “proprietários” exclusivos de um componente fundamental da prática educativa. (FREIRE, 2002, p. 111).

Apesar de elaborar o relatório anual de monitoramento e coordenar o processo de consulta pública para avaliar o PME, as equipes e comissões não se veem como definidores exclusivos das políticas de educação para seu território. Eles têm investido na participação das instâncias previstas das leis municipais, convocando também toda população municipal para se envolver no processo de avaliação dos PMEs. Observamos o esforço nas conferências realizadas, com ampla participação, constatada na frequência registrada.

O conhecimento produzido nesse percurso poderá oferecer subsídios à reformulação e à prática do processo de monitoramento e avaliação dos PMEs, buscando aprimorar a metodologia proposta. O interesse e o envolvimento dos municípios com o trabalho indicam o desejo de incluir o PME no rol de práticas sociais, que possam contribuir para o exercício democrático e a participação popular, visando o alcance suas metas.

Considerando os avanços e os limites observados no ambiente pesquisado, que representa a educação da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, ao proporcionarmos esse espaço de ampla discussão e debate, reconhecemos como a oportunidade de participar, construir, propor e reformular as políticas públicas, ou seja, viver a verdadeira democracia em prol de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado, 1996.

_____. Lei Federal 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 16 ago. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GENTILI, Pablo; MCCOWAN, Tristan (Org.). *Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 9. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen J. (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

ANEXOS

(Registros de alguns momentos)



Reunião em Nova Friburgo com os secretários de educação da região serrana antes de iniciar a formação setembro/2017.



Visita ao município de Sumidouro nos preparativos para a Consulta Pública.





Participação nas Conferências de Avaliação dos PMEs realizadas nos anos de 2017 e 2018.



Relato de Experiência de Teresópolis sobre a construção do Relatório Anual de Monitoramento



Relato de Experiência do município de Duas Barras sobre a realização da Conferência de Avaliação do PME.

A ATUAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA-SC

Édna Corrêa Batistotti¹

Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-RS

Introdução

A Rede de Assistência Técnica em Santa Catarina-SC nasce de uma das ações da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope), que compõe a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), do Ministério da Educação (MEC) e do pacto firmado com a União Nacional de Dirigentes Municipais (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed). Essa Rede de Assistência Técnica materializa princípios defendidos nas Conferências de Educação – Coneds, Conebs e Conaes², por explicitarem os grandes desafios da educação brasileira para as décadas, presente e futuras. O eixo estruturante das Conaes 2010 e 2014 foi o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE) e sua intrínseca articulação com o Sistema Nacional de Educação (SNE), em construção, tendo como âncora do processo o Regime de Colaboração com estados e municípios.

A criação da Rede, em âmbito nacional, foi uma das formas de atendimento as deliberações da Conae 2010, apontando no Documento Final³, a responsabilidade que o MEC tem de “formular e induzir políticas nacionais e de assegurar que sejam elaborados e implementados os planos de educação estaduais, distrital e municipais”.

Em Santa Catarina-SC, a constituição da Rede de Assistência Técnica teve seu início no ano de 2013. Foi uma ação do MEC, representado pela Sase/Dicope e a Seccional Undime/SC e a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), com a colaboração da União Nacional dos Conselhos de Educação (Uncme).

No que se constitui o início do trabalho? Em Santa Catarina-SC, iniciamos em 2013 envolvendo todo um processo de apresentação de proposta ao MEC, via projeto, que contemplou como 1ª Fase a Elaboração e/ou Adequação dos Planos Municipais e do Plano Estadual de Educação, alcançando a 2ª Fase, presente nos dias de hoje, do Monitoramento e Avaliação desses planos, passando ao longo de todo o percurso pela escolha, motivação, formação e acompanhamento dos Avaliadores Educacionais (AEs). O campo de atuação dos AEs foi algo de atenção, no sentido de ter as Associações de Municípios, como lócus das reuniões, debates, formações, enfim, de todas as ações a serem executadas, a partir da metodologia adotada em nível nacional, operacionalizadas pelas Equipes Técnicas e Comissões Municipais dos planos de educação.

A 1ª Fase da Elaboração e/ou Adequação dos Planos de Educação, identificada como Planejando a Próxima Década, foi uma ação da Sase, criada a partir da reestruturação do MEC⁴, que tem como atribuições o desenvolvimento de ações para a criação do SNE, o acompanhamento das metas do PNE, e seus correlatos nos estados, Distrito Federal e nos municípios, bem como a promover a valorização dos profissionais da educação. Todas essas atribuições estão entrelaçadas na gênese de sua criação e seu almejado êxito está na organicidade no estruturar e na execução das três ações.

Dentre essas atribuições da Sase, a estratégia afeta ao objeto desse relato, está a de situar Santa Catarina-SC na instituição nacional da Rede de Assistência Técnica, com o foco no acompanhamento das metas e estratégias dos Planos de Educação do Estado e municípios. Esse complexo trabalho consiste na formação, orientação e no acompanhamento

1 Licenciada em Educação Física pela UFSC, especialista em Dificuldades de Aprendizagem e Mestre em Avaliação e Inovação Tecnológica. Professora da Rede Estadual de Educação de SC e atuante na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Integrante da Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina. Coordenadora Estadual da Rede de Assistência Técnica para os Planos de Educação MEC/Sase/Dicope/SED/SC.

2 Coned: Conferência Nacional da Educação; Coneb: Conferência Nacional da Educação Básica; Conae: Conferência Nacional da Educação.

3 http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf, acessado em 21/08/2018.

4 Decreto nº 7.690, de 2/3/2012, publicado no DOU de 6/3/2012.

das comissões instituídas, na sua totalidade: 295 municípios e o Estado de Santa Catarina.

Pensando em constituir uma ação coletiva e simultânea, que entrelaçasse as Unidades Federadas, as entidades que agregavam os municípios⁵ e as secretarias de educação⁶, a Sase debruça-se sobre suas responsabilidades e tira do papel o projeto **Planejando a Próxima Década**. Esse projeto teve a Adesão⁷, via protocolo específico, dos 27 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios, num convite que os levava a integrar uma ação para todo o território nacional, respeitando a soberania de cada ente federado. No entanto, todos deveriam estar com seus Planos de Educação elaborados e/ou adequados em alinhamento ao PNE.

É importante registrar que esse movimento tem em si o alcance das metas do PNE, deixando claro, que os Planos de Educação Estaduais e Municipais são as raízes profundas desse processo, por entender que é no local, onde vive o sujeito e a quem o direito deve ser garantido, que os planos se tornam realidade. A amplitude dessa ação vem exigindo do MEC/Sase/Dicope movimentos sincronizados, por parte dos estados, como Santa Catarina-SC o fez, com a instituição de equipes e comissões para o acompanhamento de todo o processo que envolve os planos.

Constituindo a equipe de avaliadores educacionais em Santa Catarina

A definição do MEC quanto à constituição das equipes nos estados foi, inicialmente, feita pela indicação de dois profissionais. A parceria ocorreu

inicialmente com um representante da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e outro da Undime/SC. Assim, no ano de 2013, demos início a esse processo, com os dois representantes, no perfil à época de AEs⁸. Ambos se juntaram aos demais representantes dos Estados da Federação e do Distrito Federal para participarem de uma formação inicial, a qual tinha entre seus objetivos propor, analisar e configurar a Rede de Assistência Técnica. Na sequência, mais uma AE foi indicada para Santa Catarina⁹, pela Undime/SC, formando um grupo de três AEs, os quais participaram ativamente das formações realizadas pela Dicope, para estudar, aprimorar e disseminar a metodologia proposta para que todos os planos de educação fossem elaborados e/ou adequados em consonância com o PNE.

Como resultado das formações iniciais, elaborou-se uma metodologia de trabalho a ser utilizada como instrumento de mobilização e formação das equipes municipais. Tal metodologia possuía cinco etapas:

- a) definir e distribuir responsabilidades;
- b) elaborar o Documento-Base;
- c) promover um amplo debate;
- d) redigir o Projeto de Lei; e
- e) acompanhar a tramitação na Câmara Municipal.

A primeira iniciativa desses Avaliadores foi elaborar o diagnóstico da situação dos Planos de

5 Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais e Uncme – União Nacional dos Conselhos Municipais

6 Consed – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

7 Termo de Adesão: cada estado e município assinou um Termo de Adesão, pactuado entre MEC, CONSED e UNDIME, aceitando participar do processo de Elaboração e Adequação dos Planos de Educação.

8 Após firmar pacto com o MEC/SASE a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) indicou a assessora pedagógica Édna Corrêa Batistotti e a UNDIME/SC indicou o técnico João Carlos da Gama, ambos do município de Florianópolis/SC.

9 Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, Vânia Cristina Machado Coelho.

Educação em Santa Catarina-SC, identificando que, no ano de 2012, o Estado e os 122 municípios declararam que possuíam Planos de Educação. Assim, esse era o cenário que tínhamos para dar início ao movimento **Planejando a Próxima Década**.

Tecendo a Rede para os Planos de Educação – MEC/Undime/SC e SED/SC

Após o período de estudos com os primeiros AEs de todo o país, a Sase/Dicope, em fevereiro de 2014, apresentou o novo desenho da constituição das equipes estaduais e do trabalho para a Rede de Assistência Técnica. Estabeleceu critérios quanto ao número de AEs por estado e definiu as primeiras ações.

Em Santa Catarina-SC constituiu-se a Comissão Tripartite formada com a Sase e Dicope¹⁰, a Presidência da Undime/SC¹¹ e a Secretaria Adjunta da SED/SC¹², em conjunto com os AEs indicados. Esses colocaram em ação o planejamento da Formação da Rede para o nosso Estado. Definiu-se

os critérios para a indicação dos AEs, considerando o documento emitido pelo MEC/Sase/Dicope, em setembro de 2013, “Orientações gerais aos avaliadores educacionais no trabalho de adequação/elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação”, reiterado pela Comissão Tripartite. Assim, os Avaliadores deveriam ser profissionais da educação, efetivos no serviço público, com formação e currículo na área educacional, com conhecimento prévio de políticas públicas e, terem no trabalho coletivo sua proposta pedagógica. Era condição para o aceite dos profissionais, serem estabelecidos em diferentes regiões do Estado, buscando dessa forma um atendimento mais próximo aos municípios. Assim foi feito. Sob o princípio da equidade entre as duas entidades, os AEs foram indicados, 50% pela Undime/SC e 50% pela SED/SC, compondo uma equipe com 19 avaliadores, sendo 01 coordenação estadual; 04 supervisores e 14 AEs técnicos, de acordo com quadro abaixo:

AE COORDENADORA ESTADUAL – Édna Corrêa Batistotti - SED SC			
SUPERVISORA-GERAL – Maria das Dores Pereira – SED SC			
AE SUPERVISORA 1 - Vânia Cristina Machado Coelho – Undime/SC		ASSOCIAÇÃO	Nº MUN.
AE 1 – Itapiranga	Inácio José Rhoden (SED SC)	AMEOSC	19
AE 2 – Maravilha	Mareni de Fatima Rosa da Silva (Undime SC)	AMERIOS - AMNOROESTE	23
AE 3 – Chapecó	Sueli Suttilli (Undime SC)	AMOSOC - AMAI	25
AE 4 – Concórdia	Odymer Olivio Bombassaro	AMAUC - AMAI	25
SUPERVISOR 2 – João Carlos da Gama – Undime/SC		ASSOCIAÇÃO	Nº MUN.
AE 5 – Joaçaba	Rosangela Maria Dalagnol Parizzi (SED SC)	AMMOC	13
AE 6 – Videira	Humberto Luiz Dalpizzol (Undime SC)	AMARP	14
AE 7 – São Bento do Sul	Mayza de Lima Borges	AMURC – AMPLANORTE	15
AE 8 – Rio do Sul	Marcia Aparecida Dalcanale (SED SC)	AMAVI	28
AE 9 – Jaraguá do Sul	Elson Quil Cardozo (Undime SC)	AMUNESC – AMVALI – AMAVI	16
AE 10– Blumenau	Simone Janice Bretzke Propst (Undime SC)	AMFRI – AMMVI	25

10 Diretor Dicope Prof. Geraldo Grossi Júnior.

11 Presidente da Undime/SC Secretária Municipal de Chapecó Sra. Astrit Maria Savaris Tozzo.

12 Secretária Adjunta SED/SC Profª Elza Marina da Silva Moretto.

SUPERVISORA 3 – Nadir Peixer da Silva – SED SC		ASSOCIAÇÃO	Nº MUN.
AE 11 – Lages	Arleide Catarina Wolff Camargo (SED SC)	AMPLASC – AMURES	25
AE 12 – Florianópolis	Sérgio Otávio Bassetti (SED SC)	GRANFPOLIS	22
AE 13 – Criciúma	Eliana Daltoé (Undime SC)	AMUREL – AMREC	23
AE 14 – Araranguá	Rosa Maria Espíndola Nagel (SED SC)	AMESC - AMREC	22
TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS			295

Como peculiaridade de nosso Estado, optou-se pela organização institucionalizada pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), com a distribuição geográfica em 21 Associações de Municípios, as quais tornaram-se grandes apoiadoras do processo.

Assim, a Rede de Assistência Técnica, em Santa Catarina, estava constituída com a devida aprovação dos parceiros e disposta a realizar um trabalho inovador e sem parâmetros até a presente data.

Formação dos AEs e das equipes técnicas e comissões coordenadoras dos planos de educação

O primeiro passo da Rede foi realizar formações para os AEs. Uma promovida em conjunto com a equipe Dicope; outras, pela coordenação estadual, juntamente com a supervisão-geral. Havia um cronograma definido para esse fim, com disponibilidade financeira do MEC/Sase, todas expressas nas planilhas sínteses, instrumento criado para organização e liberação de diárias e passagens aos AEs.

Além das formações previstas com recursos do MEC/Sase, nossa equipe ainda manteve um plano de formação independente, por vezes com custeio de despesas pela Undime/SC, SED/SC, associações de municípios e muitas outras financiadas pelo próprio AE. Dessa forma, as capacitações transcorriam sem interrupções. Há que se considerar que o projeto **Planejando a Próxima Década** estava permeado de um interesse de nação, por tratar da formulação de política pública para a educação brasileira. Esse fato já justificaria a manutenção do orçamento

previsto, entendendo que a questão financeira, se não equacionada para tal fim, prejudica o andamento dos trabalhos e a estabilidade de quem está imerso no projeto, tanto da Rede de Assistência Técnica, quanto dos municípios que aderiram ao processo.

Mesmo diante das dificuldades, foram promovidas as formações com estudos, planejamento, e sincronia a todas as ações da rede. Para os AEs que atuavam diretamente com as equipes municipais, esse procedimento dava segurança e pertencimento a um processo orgânico que integrava todos os municípios de Santa Catarina-SC, como também com o Brasil. As atividades dos AEs junto aos municípios eram deliberadas coletivamente; debatiam-se estratégias, elaboravam-se documentos orientadores, apresentações com o passo a passo de cada etapa metodológica a ser cumprida, tanto por nós e quanto pelas equipes municipais. Ir a campo com materiais preparados por todos e respaldados pelas diretrizes da Sase/Dicope, deu a Rede de Assistência Técnica uma credibilidade, reconhecida publicamente, por diferentes órgãos e entidades, do meio político, executivo, sociedade civil, órgãos de controle, dentre outros.

A trajetória em Santa Catarina

Se em 2012 tínhamos apenas 122 municípios com Planos de Educação, quando a Rede de Assistência Técnica se colocou efetivamente nas formações, em meados de 2014, identificamos um cenário bem menos alentador. Os Planos de Educação em vigor eram de outra ordem. Parte considerável dos planos vinculava-se à gestão governamental da época; não condiziam com a realidade e 100% desses não estavam alinhados ao PNE. Conhecida

a situação, nossa equipe passou a atuar com o processo de formação das equipes municipais, tendo a metodologia MEC/Sase/Dicope como seu porto seguro. Iniciamos com os fundamentos, desde a mobilização dos gestores e dirigentes municipais de educação, técnicos, fóruns e conselhos municipais de educação e entidades civis, para que fizessem a adesão à Rede de Assistência Técnica; constituição das equipes técnicas e comissões municipais dos PMEs, até termos os 295 municípios e o estado com seus Planos de Educação com leis sancionadas e em execução. Como diferencial desse processo todos os planos foram disponibilizados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC (Simec), com acesso ao público em geral, o que outrora só poderia ser acessado em fontes próprias do município e estado.

O processo foi rico e alentador. Os profissionais que fizeram parte dessa 1ª Fase, mesmo aqueles que foram desligados, por vontade própria ou pelo contingenciamento sofrido pelo MEC/Sase, em uníssono, avaliam como sendo uma experiência que renova cada profissional e demonstra que a cooperação entre os entes federados é factível; e, que entre as entidades existe uma predisposição de trabalho coletivo.

A partir de 2016, demos início a 2ª Fase do processo, em atendimento a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – PNE que estabelece em seu art. 5º que “A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas”. Nesse sentido, a Sase/Dicope dá continuidade ao processo instalado sob sua responsabilidade, no âmbito do MEC e validado pelos diferentes atores que participam desse processo.

Os estados e municípios também dão prosseguimento fazendo nova Adesão à Rede de Assistência Técnica para a Fase de Monitoramento e Avaliação (M&A), levando em conta as leis dos Planos de Educação em vigor. Melhor explicitando. Houve o entendimento de que, monitorar e avaliar constituem-se etapas a serem realizadas por todos os

entes federados, na busca da execução plena dos seus planos.

O processo de M&A dos Planos de Educação em Santa Catarina-SC iniciado em 2016, com a reestruturação da Rede de Assistência Técnica foi considerado nesse momento, como uma ação em continuidade do processo já instalado nos municípios e focado no acompanhamento das equipes técnicas e Comissões Municipais. Outra questão observada na reestruturação da equipe foi, novamente, a diminuição do aporte financeiro destinado a essa ação ministerial. Assim, por definição do MEC/Sase/Dicope, houve uma redução no número de AEs, iniciativa essa que incide em custeio de viagens e pagamentos das demandas, de acordo com a Resolução CD/FNDE n. 24, de 24 de maio de 2011 que dispõe do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE).

Em 2015, nossa equipe era composta por 15 AEs e agora está formada por um grupo de doze profissionais, sendo, dez AEs técnicos, uma supervisor-geral, e coordenadora estadual. Completando essa Rede de Assistência contamos com a Comissão Tripartite, conforme quadro abaixo:

COMISSÃO TRI-PARTITE		
Secretária Adjunta de Educação SC: Gildo Volpato		
Secretário Municipal de Educação de Joinville/Presidente da Undime/SC: Roque Antônio Mattei		
Diretor MEC/Sase/Dicope: Wânia Clemente de Castro		
Coordenadora Estadual: Édna Corrêa Batistotti – SED/SC		
Supervisora-Geral: Maria das Dores Pereira – SED/SC		
AE TÉCNICOS – SC	INSTITUIÇÃO	Total Municípios
Roseana Nair Farias Corsani	Undime/SC	25
Humberto Luiz Dalpizzol	Undime/SC	33
João Carlos da Gama	Seduc/SC	34
Márcia Aparecida Dalcanale	Seduc/SC	28
Simone Pedersetti	Undime/SC	29
Mayza de Lima Borges	Seduc/SC	26
Arlene Aparecida de Arruda	Seduc/SC	30
Salette Brizola de Jesus	Undime/SC	28
Sérgio Otávio Bassetti	Seduc/SC	33
Sueli Suttilli	Undime/SC	29
TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS		295

Todos que passaram e passam por essa Rede, de certa forma, ficam enredados por ela, no sentido de se ter um espaço de aprimoramento dos conhecimentos quanto aos Planos de Educação e possibilidade de ampliar a visão de trabalho coletivo e cooperativo. Trabalho esse entre os AEs ou no desenvolvimento de ações com os municípios, associações municipais e outras entidades e órgãos governamentais ou não. Podemos afirmar que fica o registro de cada integrante, que aprendemos muito uns com os outros, dentro dos contextos vivenciados e das conjunturas postas pela sociedade.

Destaques do Processo

Nosso trabalho foi fundamentado na compreensão conceitual de monitoramento enquanto “Ato contínuo de observação, pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas” e na esteira desse processo, está o conceito de avaliar, sustentada como “Ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele

momento, às ações que estejam em andamento e àquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar a tomada de decisões”. Tais conceitos estão postos no Caderno de Orientações dessa fase de Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação e que estruturam a própria metodologia dos trabalhos junto aos municípios.

As formações, tanto para os AEs quanto para os municípios, compõem a base do processo. Serve-se de momentos presenciais e do uso de recursos como e-mails, contatos telefônicos e demais aplicativos das redes sociais disponíveis. Tem como referências a utilização dos documentos orientadores, planilhas e instrumentos elaborados pela Rede, MEC/Sase/Dicope, trabalhando-se numa proposta de experimentações dos processos e procedimentos que deverão ser executados pelos municípios. O destaque se dá na metodologia que define as **4 etapas** para esta Fase de Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação. A primeira que é a organização do trabalho, estabelecendo uma agenda de atividades; a segunda retomando os estudos sobre o plano;

uma terceira que dá a noção do que seja monitorar continuamente as metas e estratégias e Avaliar o plano periodicamente, como quarta e última etapa. Instrumentos como planilhas de acompanhamento foram elaboradas, elemento potencial de apoio aos municípios a serem utilizadas nas formações.

Neste ano de 2018, foram realizados polos de formação, respeitando as associações de municípios, durante os meses de maio a junho, totalizando 557 participantes das equipes técnicas e comissões municipais, com representações das secretarias, conselhos e fóruns municipais de educação. Nessa fase torna-se mais evidente o impasse, até então não solucionado. Como monitorar e avaliar um plano de educação com dados e indicadores desatualizados e desconhecidos para o âmbito municipal? De onde buscar dados fidedignos a realidade, contemplando metas que dizem respeito à amplitude de um território e não de uma rede de ensino?

Houve a mudança conceitual quanto aos Planos de Educação no momento de sua elaboração, após a Conae 2010, tratando-os como planos de estado e não de gestões governamentais, de abrangência territorial e não apenas de redes de ensino, de execução de metas e estratégias em Regime de Colaboração, de monitoramento por meio de indicadores e avaliação quantitativa e qualitativa de cada meta estabelecida, com previsão orçamentária legitimada pela sociedade e pela Lei nº 13.005/2014, em sua Meta 20. Todos os itens citados acima formam um conjunto de princípios que fundamentam a construção de um SNE, articulado pela execução dos planos de educação e consolidados por meio do Regime de Colaboração. Fatores que vão além da capacidade de uma Rede de Assistência Técnica ou de um Ministério, pois são estruturais de uma política macro de sociedade.

Com o olhar sobre essa realidade, nossa equipe fez estudos e buscou identificar alternativas quanto aos dados e fontes para apresentar aos municípios e esses terem mais segurança no momento de preencherem as fichas demandadas dentro da própria

metodologia, considerando que deveríamos trazer novos subsídios e aprimorar a forma de atender aos municípios, qualificando nossa atuação e atuando com um processo mais elaborado de monitoramento e avaliação dos planos de educação.

Essa ação coletiva nos confrontou com uma realidade de difícil solução por vários fatores. Iniciando com a inexistência de dados atualizados, dentre outras questões, apontando a necessidade de estudos mais aprofundados e a identificando que essa tarefa está num contexto de política macro.

Algumas Considerações

Os planos de educação tomaram seu espaço no meio educacional como um percurso da sociedade para a elaboração da política pública educacional. O papel que se alcançou foi pensado e proposto pelo MEC aos estados e municípios, seguindo um desejo e a própria normatização desse feito. O processo foi sendo construído (em parte) e aperfeiçoado na caminhada. Prova disso é que, em SC – os encontros com os AEs tinham pauta – mas contemplavam espaços para críticas e construções coletivas.

A proposta dessa narrativa foi a de fazer registros, numa demonstração de que é possível materializar propostas que estavam até então no campo das ideias, em planos de educação, meras peças protocolares; e, ainda se acrescenta o fato de ensinar os primeiros passos para o regime de colaboração. Isso é fundamental!

Na narrativa feita foi necessário ter olhares a partir da Coordenação Estadual da Rede de Assistência Técnica de Santa Catarina; recortes da história construída coletivamente com as diferentes instâncias, apontando desafios, acertos, possibilidades de percorrer próximas etapas, que se almeja serem realizadas por aqueles que estão porvir, porque a todo o momento falamos de política pública que deveria ultrapassar gestões governamentais, que vão além de territórios, que atua em diferentes níveis e

modalidades e que revisita o poder da coletividade. Mas nem sempre isso foi e é realidade. Estamos fazendo a nossa parte!

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase). **PNE em Movimento: Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. Alinhando os Planos de Educação.** Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. _____. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações.** Brasília: MEC, 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br.

Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>>. Acesso em: 02 out. 2016.

_____. _____. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016.** Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de

Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Relatório Técnico Anual de Monitoramento do PEE/SC 2015-2024: nº 01/2016.**

_____. _____. **Relatório Técnico Anual de Monitoramento do PEE/SC 2015-2024: nº 02/2017.**

OS DESAFIOS DA EQUIPE
TÉCNICA DO DISTRITO
FEDERAL NO 1º CICLO
DE MONITORAMENTO
DO PLANO DISTRITAL DE
EDUCAÇÃO 2015/2016:
ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO E INDICADORES.

James Oliveira de Souza
Supervisor Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-DF

Introdução

O Plano Distrital de Educação (PDE), Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, com suas 21 metas e 411 estratégias, consagra a primeira experiência de uma legislação específica que define o planejamento sistemático e de longo prazo, num período de 10 anos – 2015/2024, para uma política educacional no Distrito Federal.

Por consequência, o Plano Distrital demanda ser permanentemente monitorado e avaliado, para que, ao longo de sua vigência, sejam identificados e sistematizados os dados que vão garantir o levantamento das informações necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o seu cumprimento.

O principal foco desse relato de experiência é demonstrar a organização do trabalho de monitoramento previsto na legislação preconizada pelo PDE, tendo como base os pressupostos da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação (Sase/MEC), pela equipe técnica do Distrito Federal e sua atuação junto aos órgãos oficiais de pesquisa da capital, sobretudo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) para a elaboração de recortes censitários contemplados no Plano Distrital, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), para viabilizar a construção e elaboração de indicadores que tratam do atendimento e da universalização do acesso, no biênio 2015/2016, ressaltando a importância da delimitação do quadro social e econômico das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, a fim de mapear com mais proximidade as necessidades educacionais de cada cidade no intuito do alcance das metas e estratégias do PDE.

Desenvolvimento

Comissão de Monitoramento e Avaliação e Equipe Técnica do Plano Distrital de Educação

O PDE determina em seu art. 5º as quatro instâncias responsáveis pelo seu monitoramento e avaliação, sendo: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF); Fórum Distrital de Educação (FDE) e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Para composição da Comissão de Monitoramento, as instâncias responsáveis indicaram dois representantes com seus respectivos suplentes, excetuando-se a representação da Secretaria de Educação, com 3 representantes. Esses foram legalmente constituídos pela Portaria nº 188, de 27 de junho de 2016 (DODF nº 122, de 28/06/2016), a qual instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PDE, tendo como principais atribuições o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas e estratégias do PDE; a validação dos dados encaminhados pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; a emissão de relatórios sobre a evolução das metas contidas no PDE, a cada ano; a divulgação e socialização do Relatório de Monitoramento e de Avaliação, dentre outras.

Para subsidiar os trabalhos da comissão, atuando no levantamento e na sistematização de todas as informações pertinentes ao PDE e na elaboração de todos os relatórios: Monitoramento e Avaliação e Versões Preliminares e Final, foi instituída uma equipe técnica de apoio, por meio da Portaria nº 257, de 05 de agosto de 2016 (DODF nº 203, de 26/10/2016), formada por servidores lotados na Gerência de Planejamento Estratégico e de Acompanhamento das Políticas Públicas (GPAP).

Coordenador e Supervisor Distrital da Rede de Assistência Técnica para o Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação

Nesse processo de monitoramento, todos os estados, municípios e o Distrito Federal seguem padrões específicos determinados pela Sase, por meio da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação (Dicope). Há um coordenador distrital e um supervisor-geral que atendem as demandas específicas distribuídas ao longo do ano, com emissão de relatórios sobre o andamento do trabalho realizado para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Distrital. Foram realizadas formações de capacitação, versando sobre a consonância dos Planos estaduais/municipais com o PNE e a construção de indicadores sociais com ênfase em educação.

Estudo do Plano Distrital de Educação e a Organização do Trabalho

Para melhor desempenho no monitoramento do Plano Distrital, e seguindo os padrões sugeridos pela Dicope, foram observados, também, os relatórios do Tribunal de Contas da União

(TCU), relativo ao PNE e os relatórios do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), relativo ao PDE. Foram utilizados os documentos: “Utilização de Notas Técnicas no Monitoramento dos Planos de Educação”, “Caderno de Construção de Indicadores Educacionais” e o “Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação”.

A equipe técnica optou por categorizar as 411 estratégias para facilitar a visualização e consequente monitoramento, tendo como referencial o documento publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2007), “A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições”.

O Inep realiza a análise da situação escolar a partir de duas dimensões que afetam diretamente a qualidade da educação: a intraescolar e a extraescolar. Segundo o documento, “essas dimensões dizem respeito às múltiplas determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas” (INEP, 2007, p. 14).

A dimensão extraescolar é parametrizada em dois componentes. O primeiro, relacionado ao capital econômico, social e cultural das famílias e dos alunos, na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes, denominando-se de “nível do espaço social” e o segundo componente, denominado de “nível de Estado”, abrange a garantia do direito de acesso à educação, a definição e efetivação de diretrizes ou parâmetros curriculares nacionais para os diferentes níveis e modalidades de educação, a produção de estatísticas e de avaliações educacionais, e a existência e efetivação de programas suplementares ou de apoio pedagógico (INEP, 2007).

A dimensão intraescolar contempla aspectos relacionados com infraestrutura e as características da escola, o ambiente educativo e o clima organizacional, o tipo e as condições de gestão, a gestão da prática pedagógica, os espaços coletivos de decisão, o projeto político-pedagógico da escola, a participação da comunidade escolar, a avaliação da aprendizagem e do trabalho escolar realizado, a formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, e o acesso, a permanência e o sucesso do indivíduo na escola (INEP, 2007).

O resultado desse trabalho pode ser conferido no quadro abaixo:

Quadro 1 – Dimensões de Qualidade da Educação

Abrangência	Nível	Características
Extraescolar	Espaço Social (Capital econômico, social e cultural do aluno e de seus familiares)	Estratégia relacionada ao acesso a bens culturais e tecnológicos, aos hábitos de leitura, ao ambiente familiar, às atividades extracurriculares, a políticas públicas e programas compensatórios, e ao enfrentamento de questões como violência, drogas, sexualidade, desestruturação familiar, trabalho infantil e racismo.
	Estado I (Garantia de acesso à educação como direito do indivíduo e dever do Estado)	Estratégia relacionada com a oferta de vagas, o mapeamento de demanda, a busca ativa e ao acesso e a equidade de atendimento nos diversos níveis e modalidades de ensino.
	Estado II (Padrões mínimos de qualidade, diretrizes curriculares, direitos e objetivos de aprendizagem)	Estratégia relacionada ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e a definição e efetivação de diretrizes ou parâmetros curriculares nacionais para os níveis, ciclos ou modalidades de educação, com o objetivo de promover o desenvolvimento de capacidades e de competências gerais e específicas.
	Estado III (Estatísticas, avaliações, exames, indicadores educacionais)	Estratégia relacionada à implementação, organização e manutenção de sistemas de informações e estatísticas educacionais, de avaliações voltadas a aferir aspectos relacionados ao desempenho escolar, de avaliações de cursos e instituições e realização de exames nacionais.
	Estado IV (Programas suplementares e de apoio pedagógico)	Estratégia relacionada à existência e efetivação de programas suplementares ou de apoio pedagógico, tais como: financiamento estudantil, livro didático, merenda escolar, transporte escolar, saúde do estudante, segurança na escola, dentre outros.

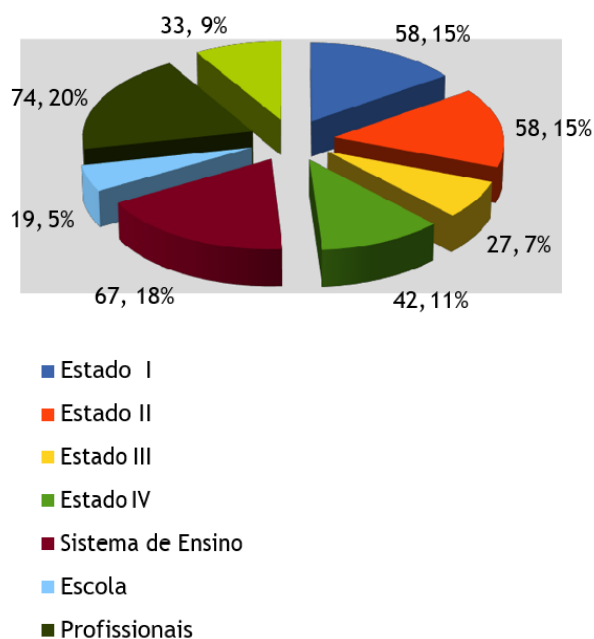
Intraescolar	Sistema (Custo – aluno, gestão financeira e administrativa de rede, instalação, equipamento, material didático, acessibilidade)	Estratégia relacionada com a definição de parâmetros custo-aluno, a gestão financeira e administrativa das redes de ensino, a instalação, manutenção e condições de funcionamento de unidades de ensino, envolvendo espaço físico, materiais, equipamentos, serviços oferecidos, bibliotecas, laboratórios específicos, áreas de convivência, de recreação e de práticas esportivas, dentre outros.
	Escola (Gestão e	Estratégia relacionada ao ambiente organizacional da escola, às condições de gestão, à prática pedagógica, aos espaços

organização do trabalho escolar)	coletivos de decisão, ao projeto político-pedagógico da escola e à participação e integração da comunidade escolar.
Professor/outras profissionais (formação, carreira e ação pedagógica)	Estratégia relacionada à formação e qualificação do quadro de profissionais, estruturas salariais, carreiras profissionais, condições de trabalho e práticas educativas.
Aluno (permanência na escola, desempenho escolar e processo de aprendizagem)	Estratégia relacionada às condições de permanência na escola em face à diversidade socioeconômica e cultural dos indivíduos, ao engajamento do estudante no processo educativo, à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes e aos processos avaliativos centrados no acompanhamento do aluno.

Elaboração: Equipe técnica do PDE (SEEDF) com base no documento do Inep “A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições”.

O gráfico a seguir demonstra a classificação das estratégias no PDE seguindo os parâmetros das Dimensões de Qualidade da Educação:

Gráfico 1 – Classificação das estratégias do PDE em Dimensões de Qualidade da Educação 33, 9%



Fonte: Elaborado pela equipe técnica do PDE.

A segunda etapa do trabalho relacionou todas as metas e estratégias de forma cronológica, possibilitando melhor visualização, consulta e controle dos processos de execução.

Para o preenchimento da parte B, foram encaminhados memorandos a todos os setores responsáveis pelo cumprimento das estratégias, respeitando-se o prazo de execução de cada uma. Nesse momento, iniciou-se o processo de coleta de dados e análise das informações encaminhadas e a reformulação da ficha conforme as especificidades do monitoramento distrital.

Quadro 2: Ficha B de monitoramento - atualizada

Estratégia	
Prazo	
Previsões orçamentárias	
Resposta	
Setor responsável	
Protocolo de Recebimento	

Nessa etapa, a equipe técnica encaminhou os memorandos para os setores responsáveis e fez a análise das respostas, demandando possíveis complementos ou novas informações. Houve também intensa pesquisa sobre legislações, respostas de auditorias e editais que pudessem contemplar estratégias e atender as metas.

Neste sentido, devem constar no orçamento do Governo do Distrito Federal os insumos necessários para a execução das metas, visando ao apoio técnico e financeiro ao longo da década, observando o amplo cumprimento do art. 9º do PDE: “Os recursos necessários ao cumprimento das metas e estratégias previstas no PDE devem ser especificados na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.”

Etapa 3: Elaboração dos indicadores para as metas propostas no Plano Distrital de Educação

Como já relatado, uma questão profícua para o monitoramento do PDE é sua avaliação constante, pois é premente a publicização do cumprimento das metas/estratégias. Tornou-se necessária a construção de indicadores para cada meta do Plano, delimitando a meta executada e a meta pretendida, em números absolutos e percentuais. Foram consolidados os dados obtidos, por meio da sistematização das informações, preenchimento da ficha C de Monitoramento do PDE e anexação dos documentos necessários.

Quadro 3 – Parte C da Ficha de Monitoramento do PDE

Parte C		Meta 5 e indicadores								
		Meta 1 : (Descrição da meta)								
INDICADOR		(Descrição do indicador)								
15A		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
2015										
Meta prevista	N									
	%									
Meta executada no período	N									
	%									

Elaboração: Equipe técnica do PDE baseado na Ficha encaminhada pela Sase/MEC – Parte C da Ficha de Monitoramento do PDE.

Legenda: N = número absoluto.

Os indicadores do plano deveriam ter sido definidos durante o seu processo de elaboração, o que não ocorreu. Portanto, conforme disposto pelas normas de monitoramento, a equipe técnica realizou o processo de elaboração dos indicadores do PDE, seguindo como base o documento Linha de Base - Plano Nacional de Educação PNE – 2014-2024, formulado pelo Inep e o Caderno de Orientações Construindo Indicadores Educacionais nos Municípios, elaborado pela Dicope.

A definição, sobretudo, das pesquisas utilizadas para fórmula de cálculo dos indicadores que necessitavam do censo populacional era de extrema necessidade. O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datado de 2010, já se fazia distante da sanção do PDE, e a Codeplan, órgão oficial de pesquisa censitária do Distrito Federal, não realizava as pesquisas com os recortes etários necessários para cálculo. Após várias reuniões entre equipe técnica e a Codeplan, ficou definido que ela faria todos os recortes necessários para construção dos indicadores somados aos números de matrículas dos anos abordados e fornecidos pela Diretoria de Informações Educacionais (Died), vinculada à Secretaria de Educação. No entanto, alguns dados populacionais não foram

pesquisados: população rural, ciganos (Meta 8); população carcerária (Meta 10); adolescentes que cumprem medida socioeducativa e cautelar (Meta 21); pessoas com necessidades especiais (Meta 4); o que levou a equipe técnica a buscar os dados em outras instâncias institucionais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF) e a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (Sesipe).

Uma vez que não é possível abordarmos todas as metas acima citadas no presente relato, destacaremos, apenas, o trabalho desenvolvido junto à Codeplan para o cálculo e análise da meta 1, indicador 1A, descrito abaixo, utilizando a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) de 2011, 2013 e 2015 e a projeção populacional calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para o ano de 2016.

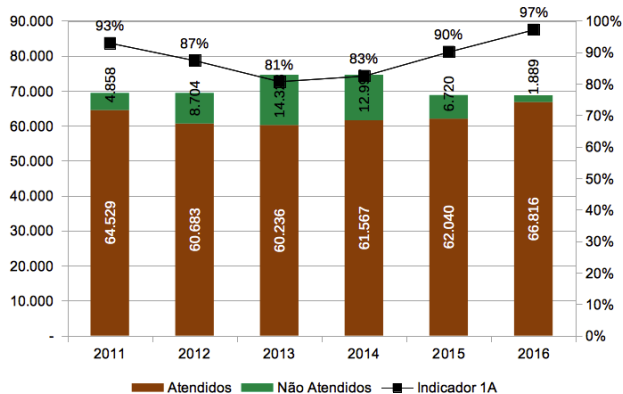
Quadro 4: Tabela de indicadores

Indicador 1A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola/creche (taxa de atendimento escolar)
Fórmula de cálculo	$\frac{\text{População de 4 e 5 anos que frequenta a escola/creche}}{\text{população de 4 e 5 anos de idade}} \times 100$
Abrangência	Regiões Administrativas do Distrito Federal/Coordenações Regionais de Ensino
Série Histórica	2007-2017
Fontes	Codeplan Pdad/2015; Educacenso 2015/2016
Comentários sobre o indicador	O indicador representa somente a proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequenta a escola/creche nas unidades escolares públicas e instituições educacionais privadas em relação à população total dessa faixa etária. É importante ressaltar que esse indicador informa apenas se essa população tem acesso ou não à educação, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino. No indicador foram incluídas as redes: pública, particular conveniada, particular e pública não vinculada (nomenclatura utilizada pelo Educacenso).

Fonte: Elaborada pela equipe técnica do PDE.

Com os dados fornecidos pelos órgãos, pode-se traçar em termos numéricos e percentuais o atendimento da faixa etária referida no período de 2011/2016. Percebe-se pelo gráfico abaixo que, a partir do ano de 2012, houve um decréscimo do atendimento, o qual passou a ser retomado em 2014 e um crescimento constatado nos anos de vigência do Plano Distrital a partir de 2015.

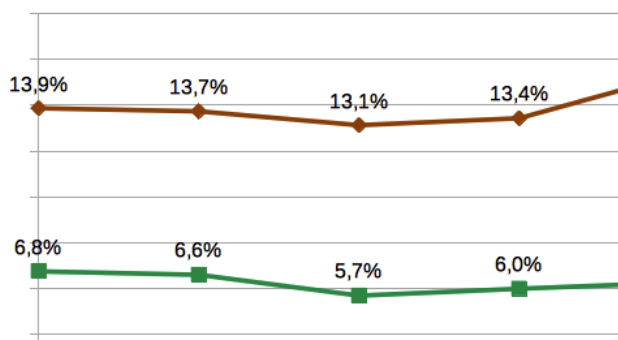
Gráfico 2- Atendimento na pré-escola de crianças de 4 a 5 anos de idade (2011-2016).



Fonte: Elaborado pela equipe técnica do PDE.

Outra característica importante que pode ser vislumbrada pelos dados fornecidos à equipe técnica é da realidade econômica e social no Distrito Federal vinculada ao atendimento da faixa etária analisada

Gráfico 3 - Percentual da população que frequentava escola/creche, por quintis de renda domiciliar per capita no Distrito Federal (2011-2016)

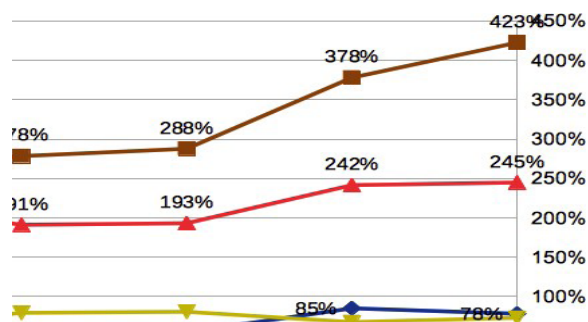


Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

O cálculo inferido por meio da Pdad pode demonstrar a diferença recomendada entre a população de alta e baixa renda em torno de menos de 10% ao longo dos anos. Sendo que a partir do monitoramento do PDE, em 2015, esse percentual era de 9,1%, decaindo para 8,1% em 2016.

A pesquisa também oportunizou vislumbrar o atendimento nas RAs Distrito Federal, constatando a aglomeração em duas delas: a taxa do Plano Piloto, 245%, que pode ser explicada pela possibilidade dos pais trabalhadores, oriundos de várias cidades do Distrito Federal e entorno, matricularem os filhos próximo ao local de trabalho (tanto em escolas públicas e particulares) e o percentual de 423% no Lago Sul (crescimento considerável de 45% de 2015 para 2016) refletiu a consolidada e crescente esfera de escolas particulares dessa cidade, conforme constatado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Percentual da população de 4 a 5 anos de idade que frequentava escola/creche, por Região Administrativa no Distrito Federal: Alta Renda

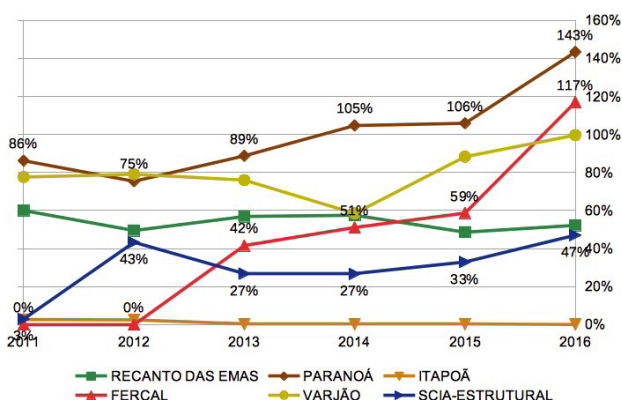


Elaborado pela equipe técnica do PDE

Nas RAs de maior vulnerabilidade social, percebeu-se a concentração de matrícula na RA do Paranoá, que evidencia o atendimento de crianças de cidades circunvizinhas (ônibus escolares transportam alunos para a cidade devido a inexistência de atendimento ou excesso de capacidade em cidades próximas). A partir de 2015, ano da implementação do PDE, todas as RAs de baixa renda, exceto o Itapoã, tiveram um crescimento, destacando-se a

RA da Fercal que, em 2016, comparado ao ano anterior, cresceu 58%.

Gráfico 5 - Percentual da população de 4 a 5 anos de idade que frequentava escola/creche, por Região Administrativa no Distrito Federal: Baixa Renda



Fonte: Elaborado pela equipe técnica do Distrito Federal.

Esses dados sistematizados subsidiaram a formulação do relatório do primeiro ciclo de monitoramento do PDE – 2015/2016, encaminhado para a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (Suplav) e, após, ao secretário de educação, que realizou a análise e validação do trabalho da equipe técnica. O relatório então foi entregue à Comissão de Monitoramento e Avaliação do PDE para análise.

Considerações Finais

O PDE, em consonância com o PNE — Lei nº 13.005/2014, é instrumento basilar para a educação do Distrito Federal. A equipe técnica, responsável pela elaboração dos Relatórios de Monitoramento e Avaliação, desenvolveu uma tarefa desafiadora junto aos órgãos oficiais de pesquisa para levantar os dados censitários, conforme os recortes de idade indicados pelo Plano. A construção dos indicadores contou com o suporte do MEC, que promoveu capacitação sobre o tema para os coordenadores estaduais. Com base nesses indicadores, pode-se verificar as demandas educacionais das RAs que compõem o Distrito Federal, e no caso específico do relato, a atividade recaiu sobre a elaboração dos indicadores da faixa etária de 4 e 5 anos, no intuito, sobretudo, de enfatizar e reforçar o atendimento às camadas menos favorecidas da população, diminuindo a desigualdade no acesso à pré-escola como previsto tanto no PNE, quanto no PDE.

Todo o monitoramento do PDE seguiu as quatro etapas definidas pela Sase/MEC. Os relatórios foram elaborados, seguindo os modelos encaminhados, com as singularidades que fazem parte do Distrito Federal. O Relatório de Monitoramento do 1º Ciclo 2015/2016 está finalizado e sendo analisado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Assim como no processo vivenciado para a elaboração do PDE, a discussão dos resultados alcançados ou não deve envolver todos os setores administrativos e os órgãos que atuam ou interferem nas políticas públicas, as quais buscam a educação de qualidade, a universalização do acesso e a valorização de seus profissionais no Distrito Federal.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; José Francisco. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-494, mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/>; Acesso em 4 de jul. de 2018.

BRASIL, República Federativa do. **Linha de Base** – Plano Nacional de Educação 2014- 2024, Inep, 2016.

_____, República Federativa do. **PNE em Movimento** – Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. Dicope/Sase/MEC, 2016.

_____. **PNE em Movimento – Construindo Indicadores Educacionais**, Dicope/Sase/MEC, 2016 Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PNE em Movimento: Construindo Indicadores Educacionais nos municípios.** Brasília: INEP, 2016. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de jun. de 2018.

JANNUZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil.** Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001.

TRZESNIAK, P. **Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento.** Ciência da Informação, v. 27, n. 2, p. 159-164, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acesso em 03 de jun. de 2018.

Do ideal ao real: desafios no monitoramento e avaliação do PME

Regina Maria Duarte Scherer
Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-RS

INTRODUÇÃO

O presente relato tem como centralidade os desafios enfrentados pelos municípios que integram a Associação de Municípios do Alto Uruguai (Amau), no Rio Grande do Sul, para efetivar o processo de monitoramento e avaliação dos seus Planos Municipais de Educação (PMEs) e o papel do Avaliador Educacional Técnico (AE), integrante da Rede de Assistência Técnica da Dicope/Sase/MEC, na superação de dificuldades para que esse processo se concretize.

A narrativa aqui apresentada percorre os primeiros anos de vigência dos PMEs partindo da assinatura do termo de adesão no primeiro ano de monitoramento, ocasião em que é apresentada a metodologia em quatro etapas proposta pela Dicope/Sase/MEC e chega aos relatórios de avaliação que encerram o primeiro ciclo de avaliação dos PMEs da regional atendida.

O trabalho como AE Técnica permitiu o contato direto com os trinta e dois integrantes da Amau, seja por meio de encontros de formação, visitas técnicas, como por comunicação eletrônica, dentre outros.

A partir das observações do próprio AE são abordadas questões como: o número de integrantes das equipes nos municípios; o processo eleitoral e a renovação na gestão dos municípios, e suas implicações na composição das equipes responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação, visto que tais elementos afetaram o pleno atendimento das orientações apresentadas durante as formações; e as dificuldades quanto à produção de dados locais que possibilitem o monitoramento mais efetivo do atendimento das metas.

Para a construção desse relato foram considerados: os registros do AE com nomes dos interlocutores no período de 2016-2018, planilhas de atualização de dados dos municípios, os registros de presença das formações e visitas técnicas realizadas nos anos de 2016-2018 e outros apontamentos

organizados a partir do atendimento prestado aos municípios.

Como aporte teórico, além dos documentos orientadores que embasam as formações para as equipes e os relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as contribuições de autores como Saviani (2014), Bordignon (2009) e Gadotti (2014) constituíram-se no referencial para a construção das análises.

DESENVOLVIMENTO

Monitorar e Avaliar: da apresentação da metodologia aos primeiros resultados

A interlocução com os municípios da Amau iniciou durante o processo de elaboração dos PMEs, no período de 2014-2015. Em novembro de 2015, quando da organização para o atendimento, o monitoramento e avaliação foram feitos os primeiros contatos com as equipes das secretarias de educação, com a solicitação de indicação de um representante para interlocução e os contatos do Conselho Municipal de Educação (CME), com vistas a estabelecer um canal de comunicação.

Assim, o processo de aproximação para que houvesse a adesão à Rede de Assistência Técnica para o Monitoramento e Avaliação transcorreu de forma bastante equilibrada e com boa aceitação, sendo que até 19 de abril de 2016 todos os trinta e dois municípios integrantes da regional Amau haviam assinado o termo de adesão.

O primeiro encontro para apresentação da metodologia proposta pela Dicope/Sase/MEC ocorreu em outubro de 2016, contou com a presença de representação de todos os municípios. No mesmo ano, em novembro, ocorreu a visita técnica. Em ambos os momentos, além do trabalho com oficinas para colocar em prática a metodologia, buscou-se o processo de construção de uma prática de planejamento, principalmente com a ênfase na previsão de tempos e definição de responsáveis pelas

ações. Nesse momento ficou claro, pelos depoimentos e manifestações dos representantes das secretarias e conselhos, que havia uma preocupação com o reduzido número de pessoas que integram essas instituições e com a sobreposição de responsabilidades, visto que muitas delas compunham a equipe da secretaria e do CME, e ainda outros conselhos, o que indicava a possibilidade de acúmulo de atividades o que poderia comprometer o planejamento que estava em elaboração. Além disso, como na visita técnica em novembro já havia ocorrido as eleições municipais, alguns municípios sinalizaram que ocorreria trocas e que não sabiam os seus efeitos no processo de monitoramento e avaliação.

Mesmo que as orientações durante a formação das comissões coordenadoras e da equipe técnica fossem no sentido de buscar assegurar a presença de pessoas que integrassem o quadro de servidores efetivos, não apenas da secretaria de educação, mas que ampliassem para mais de um segmento a participação nesses encontros, isso nem sempre foi atendido. A preocupação como AE foi de preservar o trabalho que vinha sendo desenvolvido, orientar no sentido de que era importante deixar o mais organizado possível as informações, por meio do relatório anual de monitoramento, devendo ser encaminhado para todas as entidades indicadas na Lei do PME para acompanhar esse processo.

No final de 2016 poucos relatórios de monitoramento foram encaminhados. Apenas oito, o que representa 25% do total dos municípios da Amau/RS. Quanto à participação dos municípios nas atividades da Rede de Assistência Técnica, apenas em um dos encontros não houve 100% de frequência, com o registro da ausência de um município.

Os primeiros contatos no ano de 2017 foram no mês de março para atualizar os dados e informações a respeito da secretaria de educação, comissão coordenadora do monitoramento e avaliação, indicação do interlocutor para comunicação. Esse levantamento permitiu constatar que a substituição de secretários nos municípios teve um índice superior

(62,5%) ao percentual de troca de prefeitos (56,25%). Em relação ao interlocutor, a mudança foi de 50%. Com isso, a primeira visita técnica ocorrida em abril contou com um elevado número de pessoas que estavam entrando em contato com a metodologia pela primeira vez, o que implicou a retomada de todos os documentos e orientações, inclusive situando as pessoas em relação ao conteúdo da lei municipal de cada município: um começar de novo.

A análise das informações lançadas na parte A da Ficha de monitoramento em comparação com o conteúdo da lei que instituiu o PME, em cada município permitiu perceber que havia problemas na interpretação do que constava na lei e o registro feito pelo município na referida ficha. A partir dessa realidade, a estratégia adotada no primeiro encontro de formação, ocorrido em maio, foi de proceder a leitura e interpretação dos artigos da lei de cada município quanto a definição dos prazos para monitoramento e avaliação, bem como a respeito da responsabilidade pela coordenação do processo. Tal medida foi necessária, pois em 48% dos planos não constava a indicação da periodicidade da avaliação do PME, e mesmo assim o município havia informado um prazo. Mas, o que mais chamou a atenção foi a constatação de que em nenhum dos planos havia referência ao monitoramento anual.

Ao proceder à leitura das diferentes redações adotadas nos PMEs, com a apresentação delas em slides e promover a discussão no coletivo, o exercício possibilitou a verificação da necessidade de elaboração de nota técnica para sanar as lacunas quanto a estas definições, para que de fato se estabelecesse a consonância em relação ao PNE. O objetivo deste trabalho era de que, ao concluir esse encontro, não restasse dúvidas quantos aos procedimentos a serem adotados. Um aspecto interessante desse processo de discussão foi a conclusão de que, em relação a avaliação, a melhor alternativa naquele momento seria de adotar o ano de 2017 como do primeiro ciclo de avaliação e as demais, com periodicidade quadrienal. Os argumentos nesse sentido foram para assegurar que realizariam uma avaliação contando

com a Rede de Assistência Técnica para orientar nesse processo.

Considerando as intervenções e questionamentos ocorridos durante os encontros no ano de 2017, foi possível constatar que muitos dos novos responsáveis pela condução do monitoramento e avaliação não haviam acompanhado o processo de elaboração do PME e que, também, havia ocorrido um processo de orientação para elaboração desses planos por pessoas ou equipes de fora do município, mesmo com o município tendo participado das formações para a elaboração do PME. Em algumas falas o argumento foi no sentido de que o tamanho reduzido das equipes e os diversos afazeres, seja nas escolas ou na secretaria, acabaram conduzindo a essa estratégia para cumprir os prazos de elaboração do plano.

Outra constatação foi em relação ao número de municípios que constituiu equipe técnica. Apenas 40,6% exararam ato, oficializando sua nomeação. Ao serem questionados sobre o tema, os representantes dos municípios voltaram a argumentar sobre o reduzido número de pessoas nas equipes, destacando que são as mesmas designadas para compor a comissão, o CME ou o Fórum Municipal de Educação.

A partir dessa informação, todo o trabalho desenvolvido como AE Técnico foi no sentido de enfatizar a necessidade de que cada município se apropriasse da sua realidade e desenvolvesse, dentro das suas possibilidades e de acordo com as orientações desenvolvidas na metodologia apresentada, um registro sistemático das reuniões e encaminhamentos adotados ao longo do monitoramento, pois isso permitiria uma melhor construção de argumentos, conhecimento da realidade e, conseqüentemente, busca de soluções para o que seja prioritário no município.

Além disso, quando do momento da avaliação, os registros contribuiriam para uma análise mais criteriosa, expressando melhor a realidade do

município. Tais orientações são balizadas pela afirmativa de Bordignon (2009): “O conhecimento e a compreensão, ou percepção da realidade é essencial para definir a caminhada da cidadania que temos para a que queremos. Essa caminhada é traduzida em políticas, diretrizes, objetivos e metas”(p. 93). É somente com a análise da realidade de cada município que torna viável pensar nas possibilidades para alterar a realidade. Como alguns planos foram elaborados sem contar com a significativa participação da sociedade, o processo de monitoramento e avaliação pode ser o espaço concreto para buscar os ajustes para que este plano represente, de fato, as aspirações da população.

Frente a esse quadro constatou-se que o processo de monitoramento e de avaliação nos primeiros anos de vigência dos PMEs dependeria muito do primeiro ciclo de avaliação, visto que seria a experiência prática que possibilitaria aos municípios desmistificar algumas preocupações que sinalizavam para a não realização de todas as etapas propostas na metodologia. A ênfase a partir desse encontro foi no sentido de incentivar que todos os municípios concretizassem o primeiro ciclo de avaliações em 2017.

Foram três encontros presenciais em 2017, sendo que em todos eles houve 100% de frequência dos municípios. Nas avaliações apresentadas nesses encontros, os participantes enfatizaram a importância da Rede de Assistência Técnica por esta se constituir na única formação direta de assessoria aos municípios, sem custos e com orientação voltada para todos envolvidos na tarefa de produzir os documentos com o registro do monitoramento e avaliação. Os encontros se caracterizaram como reunião de trabalho, com espaço para troca de experiências e relatos tanto das dificuldades como dos avanços. Tal prática permitiu que houvesse um envolvimento e empenho grande dos municípios para conseguirem realizar, em 2017, o monitoramento anual e efetivar o primeiro ciclo de avaliação, com a realização da consulta pública e do relatório de avaliação. Assim, 92,8% dos municípios da regional

Amau/RS concluíram seus relatórios e o processo de avaliação em 2017.

Assim, o trabalho assumiu um caráter colaborativo, pois a maioria dos municípios não dispõe de técnicos e especialistas para contribuir com a construção de indicadores específicos, de acordo com a realidade de cada cidade, mas a partilha das experiências permitiu alguns avanços e construção de alternativas locais para a falta de dados. Isso se dá, muitas vezes, por serem municípios com número pequeno de habitantes, o que significa um entrave, por exemplo, para a participação nas avaliações promovidas pelo Inep.

Na retomada dos encontros presenciais em 2018, em que a organização possibilitou a divisão da regional em dois grupos, permitiu uma análise a respeito da experiência em torno da elaboração dos relatórios e da execução do planejamento registrado na agenda de trabalho.

Dentre as discussões ocorridas durante os encontros de formação com os dois grupos, houve manifestação de preocupação em relação ao monitoramento e à avaliação de metas para as quais os municípios não obtiveram informações suficientes para poder desenvolver uma análise mais aprofundada. Um exemplo são as Metas 5 e 7, que frequentemente entram em debate nas reuniões de associações de secretários e prefeitos. Há o interesse muito forte dos municípios de participar das avaliações para terem acesso às informações, diretamente dos órgãos responsáveis pela produção dos índices. Algumas alternativas foram propostas, como mediação, enquanto não há outra possibilidade. Uma delas foi a de estabelecer parcerias com universidades e institutos federais da região, para que fossem aplicadas por eles, provas nos mesmos moldes e assim conseguissem chegar a uma informação mais próxima da realidade do município. A preocupação envolve a questão de custos, o que pode ser um entrave para a efetivação dessa proposta.

Outro destaque diz respeito à Meta 1 e o tema da busca ativa e demanda manifesta. Embora muitos dos planos não tenham contemplado no texto a presença de uma estratégia de busca ativa para a pré-escola, todos os municípios relataram desenvolver essa prática, principalmente pela atuação do Ministério Público, cuja promotoria da infância acompanha há vários anos a situação da Educação Infantil na região, principalmente em decorrência dos relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Tal acompanhamento faz com que os municípios da regional tenham anualmente, relatórios detalhados acerca do atendimento da Educação Infantil, produzidos a partir de busca ativa realizada em parceria com as equipes vinculadas à secretaria de saúde municipal.

Conforme o levantamento feito a partir dos relatórios encaminhados em 2017, foi possível perceber que essa ação tem efeito muito positivo, visto que apenas três municípios teriam percentuais abaixo de 100%, na faixa etária de 4-5 anos. No atendimento individual a esses municípios, foi possível traduzir os percentuais expressos nos relatórios em números absolutos. Por exemplo, um deles relatou que o percentual significava apenas uma matrícula de criança de aldeia indígena com problemas de saúde e com internação prolongada. Outro município trouxe o relato de que, apesar de aparecer um percentual inferior a 100% no relatório, isso não significava que havia crianças fora da escola.

O esclarecimento trouxe a informação de que todas as crianças que residem no território estão matriculadas, mas que o fato dos pais terem atividades profissionais em outra cidade bastante próxima faz com que algumas crianças sejam matriculadas fora do município. A partir desse relato, destacou-se a importância do registro dessas observações nos relatórios, pois essa informação estava ausente do relatório. O terceiro município, por ser o maior da região, enfrenta algumas dificuldades pela constante mobilidade dos moradores das cidades do entorno em busca de emprego. Mesmo assim, o percentual

que falta para alcançar os 100%, verificado por meio da busca ativa, é inferior a 1%.

Diante dessa prática institucionalizada da busca ativa, a orientação passou a ser no sentido de qualificar os registros e construir uma memória do cálculo, para que essas informações sejam usadas como dados municipais nos relatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este relato de experiência, é necessário destacar a percepção de que a ausência de informações, acerca da organização dos indicadores para algumas metas dos PMEs, pode constituir em um entrave em relação à dimensão do que foi alcançado no âmbito de cada um dos municípios. As cidades pequenas, com população dispersa, áreas de reserva indígena, baixa densidade populacional e poucos recursos financeiros são alguns dos elementos que precisam ser considerados para a produção de informações mais reais e, assim, os dados nacionais representarem melhor a situação da educação e dos planos educacionais.

Apesar desses limitadores, se faz necessário destacar a importância das publicações do Inep, principalmente porque auxiliaram a organizar dos indicadores para cada uma das metas. Os relatórios de monitoramento permitiram, para quem não está familiarizado com o processo de planejamento com metas e estratégias, ter acesso à informação de forma qualificada. Alguns municípios consideraram que, caso o material tivesse sido trabalhado quando da elaboração dos PMEs, o diagnóstico poderia ter sido mais qualificado.

A publicação do Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (BRASIL, 2016) que trouxe “uma análise atualizada sobre a evolução do cumprimento das metas nacionais e permite dimensionar os desafios que se impõem para o alcance dos objetivos traçados” (p. 12), exigiu, no trabalho como AE Técnico, procurar as aproximações possíveis dentro da realidade dos municípios atendidos para qualificar a compreensão do desafio que eles estavam realizando. Compartilhar essas informações em pleno processo de organização da avaliação dos PMEs da regional foi muito importante.

Mas, ainda é necessário avançar no sentido de construir possibilidades para que todos os municípios tenham acesso aos dados, o mais fidedigno possível,

principalmente em relação àquelas metas que envolvem o desempenho em avaliações de larga escala, como é o caso das Metas 5 e 7, cuja aplicação é de responsabilidade de órgãos federais. Em diferentes ocasiões os municípios manifestaram preocupação com a ausência de informação para construir suas análises, visto que, para comparar, é preciso ter o mesmo parâmetro e, principalmente, o dado oficial cujas regras para obtenção estão na maioria das vezes sob responsabilidade de outro ente que não o município.

Finalizando, destaco o que Saviani (2014) afirmou acerca das expectativas após a aprovação do PNE. Para ele, é necessário que o referido Plano crie as “[...] condições necessárias para prover uma educação com o mesmo e elevado padrão de qualidade a toda a população brasileira”. A consonância entre os planos educacionais, assim como seu monitoramento e avaliação são possibilidades para que essa expectativa se concretize, mas as questões de financiamento e recursos podem ser entraves que preocupam tanto quem orienta os municípios como os atores envolvidos em cada território.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: Sistema, Conselho e Plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, DF: Inep, 2016.

_____. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 08 ago. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: 2015.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Campinas: Autores Associados. 2014.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Sílvia Zanette de Aragão
Avaliadora Educacional da Rede de Assistência
Técnica – Dicope/Sase/MEC-PR

INTRODUÇÃO

As secretarias de educação são, em tese, órgãos que devem fornecer todos os cuidados necessários para o bom andamento do processo educacional, de modo sistematizado, respeitando todas as leis que regulamentam a educação. No entanto, a realidade mostra-se divergente e sobremaneira carente. Tendo como referencial o Plano Nacional de Educação (PNE)¹, cada município construiu o seu plano, com metas e estratégias. E a partir dos planos municipais elaborados, as ações passaram ao “Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação”.

Nesse sentido, de forma articulada com os entes federados e instâncias representativas do setor educacional, o Ministério da Educação (MEC) procurou envolver todas as secretarias e autarquias, orientando também quanto à elaboração do Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019. Assim, cada prefeito, através de nomeações via portarias, definiu suas equipes, constituindo comissões coordenadoras e técnicas, delegando-lhes a responsabilidade em monitorar e avaliar os Planos Municipais de Educação (PMEs). Devido às etapas e modalidades de ensino, as atribuições dos entes federativos estadual e nacional são determinadas em leis nacionais e regionais. Observa-se que é preciso um trabalho estruturado e conjunto, pois as metas nacionais não serão atingidas se os estados e municípios não realizarem os devidos esforços, esse é só um dos importantes desafios. Dessa forma, o MEC, no cumprimento da sua função supletiva², sob a responsabilidade da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), instituiu a Rede de Assistência Técnica para o Monitoramento dos Planos de Educação. Em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de

Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), essa rede presta assistência técnica às comissões coordenadoras e às equipes técnicas responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação dos planos de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, com base nas orientações e documentos oriundos da Sase/MEC. Essa rede de assistência técnica é composta por Avaliadores Educacionais (AEs), orientados por um coordenador estadual, um supervisor e técnicos, conforme o número de municípios do seu território.

No estado do Paraná, com 399 municípios, essa Rede³ foi distribuída entre as 32

regionais⁴ - Núcleos Regionais de Educação (NRE), sendo que o núcleo de Guarapuava possui oito municípios jurisdicionados: Campina do Simão, Cândói, Foz do Jordão, Guarapuava, Goioxim, Pinhão, Reserva do Iguazu e Turvo.

Entre 2014 e 2015, em demanda diferente da atual, os municípios foram orientados quanto à elaboração dos seus planos municipais. O trabalho como AE no NRE de Guarapuava, teve início em 2016, após parceria entre MEC, Secretaria Estadual do Paraná (Seed) e chefia do NRE. O “aceite” da demanda no sistema da Sase, foi realizado pela técnica pedagógica, Sílvia Zanette de Aragão. Entre as diversas atribuições, sendo professora formada em Biologia, orienta os professores da área quanto ao processo de ensino e aprendizagem e é representante da Coordenação de Articulação Acadêmica (CAA), demanda relativa à formação continuada dos professores da Secretaria Estadual de Educação do Paraná⁵. Para realizar o trabalho de orientação ao monitoramento e avaliação dos planos municipais,

1 O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. <http://pne.mec.gov.br/>

2 Com a assistência técnica do Ministério da Educação (MEC), os estados, o Distrito Federal e os municípios estão adequando os planos de educação, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE (2014-2024).

3 Relação dos coordenadores estaduais em cada unidade da federação: <http://pne.mec.gov.br/trabalhando-juntos/assistencia-tecnica>

4 Núcleos Regionais do estado do Paraná: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/>

5 Compete à secretaria adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma e em cooperação com os municípios: <http://www.educacao.pr.gov.br/index.php>

na função de AE técnica regional, foi preciso muito estudo para entender a problemática estabelecida nos oito municípios. Importante destacar que os PMEs foram elaborados em outras gestões, tanto federal quanto municipal. Em 2016, em âmbito nacional aconteceu o impeachment da presidente e, nesse cenário turbulento, houve as eleições para prefeitos e vereadores.

Diante disso, para que se tivesse um diagnóstico preciso, as primeiras ações enquanto AE, foram profundamente investigativas. Estabeleceu-se um trabalho *in loco* envolvendo os prefeitos, dirigentes/gestores e os profissionais das secretarias municipais, em torno de prioridades que fossem além dos planos desse ou daquele governo, isso não foi tarefa fácil.

OBJETIVOS

Conforme o Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação⁶, o PNE objetiva universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 4 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, aumentar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação. Nesse sentido, planejou-se junto aos municípios jurisdicionados ao NRE de Guarapuava, especificamente às equipes de monitoramento e avaliação, alcançar os seguintes objetivos:

1º. tornar os planos municipais factíveis, com estratégias claras e mensuráveis;

2º. provocar amplo debate quanto ao processo de monitorar e avaliar;

3º. sensibilizar para a prática contextualizada das ações de monitorar e avaliar os planos;

4º. estimular para a busca da efetivação e conquista das estratégias do PME;

5º. estabelecer vínculos entre os municípios para que compartilhem experiências exitosas e significativas;

6º. conscientizar para a devida importância da secretaria de educação na participação dos processos de construção das peças orçamentárias;

7º. orientar quanto a Busca Ativa Escolar, sugerindo o programa gratuito – “Fora da Escola Não Pode”, do Unicef;

8º. incentivar para que as secretarias desenvolvam as consultas públicas da forma mais democrática possível; e

9º. orientar quanto ao preenchimento dos relatórios e planilhas necessárias para a sistematização do processo nacional.

DESENVOLVIMENTO

Em termos metodológicos, os trabalhos iniciais contaram com visitas nas prefeituras dos oito municípios jurisdicionados ao NRE de Guarapuava. Levando as saudações da chefia e da coordenação do Paraná, nesse primeiro contato reuniu-se a dirigente municipal (todas mulheres), sua equipe e prefeito(a). Com o intuito de estabelecer parceria e reforçar os laços entre os entes federados, a conversa foi produtiva e muito esclarecedora. Ressaltando-se a importância do processo de monitorar e avaliar os planos municipais de educação, foi solicitado que se instituisse a equipe de trabalho com integrantes de todas as secretarias da prefeitura, os quais

⁶ O Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação foi elaborado para auxiliar os municípios neste processo, disponível em: <http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando/caderno-de-orientacoes-para-monitoramento>.

seriam coordenadas pela secretaria de educação. Em alguns dos municípios visitados, observou-se um tradicionalismo⁷ emergente, o que dificultou bastante o convencimento da participação social no processo de monitoramento dos planos, assim como, da elaboração do PPA.

Importante trazer à tona, que os planos municipais foram elaborados entre 2014 e 2015, sendo que em 2016 ocorreram as eleições para prefeitos. Assim, quando iniciou-se a orientação para o monitoramento dos planos, sete equipes, dos oito municípios eram novas, portanto, recém haviam assumido as secretarias. Dessa forma, o processo para a construção das estratégias dos planos, que deveria ter ocorrido com amplo debate em consultas públicas (ressalva-se que alguns municípios assim o fizeram), foi coordenado por pessoas da secretaria que atualmente não fazem parte do monitoramento dos planos (com exceção de apenas um município, o qual permaneceu a mesma gestão). Outra questão importante observada é que embora os municípios sejam pequenos, com população bastante reduzida, as equipes atuais quando questionadas em relação à participação das consultas públicas ou Conaes e/ou elaboração do PME, obteve-se, em 90%, respostas negativas, ou seja, desconheciam todo o processo de discussão do PNE e construção do PME. Destaca-se, como inferência, que ao ler o plano de alguns municípios, não se percebia o discurso dos profissionais locais, assim como, observou-se a existência de estratégias incongruentes à realidade da comunidade escolar, denotando-se que não foram escritas pelos municípes.

Nessa linha, ler os planos, observar as equipes, conversar e entender as dificuldades e realidades de cada secretaria de educação para então orientar, foi

a forma metodológica mais adequada encontrada como AE técnica local. Salvo algumas exceções, poucos são os planos bem elaborados, com metas claras, mensuráveis e que tiveram amplo debate, evidencia-se que o processo de construção dos planos ficou a desejar, pois as equipes atuais logo perceberam que os planos necessitavam ser reescritos. Nesse sentido, com a oportunidade em reelaborar o documento do PME, reescrever as metas e estratégias inconsistentes e com um monitoramento avaliação atentos, possibilitou-se, às novas equipes, melhorar a qualidade técnica do diagnóstico, implementar a participação social e intersectorial e, principalmente, a qualificação de estratégias reais que atendessem aos problemas educacionais locais, para que os estudantes de fato se beneficiem.

A partir desse primeiro diagnóstico, e com as equipes técnicas de trabalho montadas (a adesão foi total), iniciaram-se as formações. Aqui cabe uma ressalva, ao longo de 2016 a 2018, muitos integrantes das equipes foram sendo trocados, o que dificultou as orientações, pois em um progresso e regresso, o trabalho avançou lentamente. Nas formações, percebeu-se grande dificuldade no entendimento das ações prioritárias. Identificou-se que embora tivessem compreendido em parte as orientações, as planilhas, as tabelas, os relatórios e os trâmites, demoravam para implementar as ações em seu trabalho, caindo no esquecimento ou delegando o monitoramento para pessoas que não participaram da formação, deixando-os completamente perdidos em meio a tantos documentos a preencher.

Importante ressaltar, que muitos(as) técnicos(as) responsáveis pelos preenchimentos das planilhas, apresentaram pouca habilidade com a ferramenta, o que desviou a atenção da real necessidade: a qualidade

7 Segundo filósofo Hilton Japiassú, o tradicionalismo é um sistema filosófico ou político que coloca a tradição como critério e regra de decisão, entendendo-a como o conjunto de hábitos e tendências que procuram manter uma sociedade no equilíbrio das forças que lhe deram origem.

da estratégia versus tecnologia. Traz-se em foco também, a questão do compromisso dos profissionais da educação, algo que a princípio, as equipes não entenderam fazer parte dos planos, pois acreditavam que monitorar e avaliar os planos, consistia em apenas preencher relatórios, os quais provavelmente não seriam lidos. Esse convencimento e sensibilização foi acontecendo aos poucos e ao longo dos encontros.

Naquele momento, em 2017, concomitantemente às ações da Sase, aconteceu a ação do Plano Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas do Paraná (PAF)⁸, que pôs as equipes e gestores municipais em alerta. Segundo os relatórios do PAF, a ação consistiu em avaliar a situação dos municípios paranaenses com relação ao atendimento da Meta 1 do PNE, relativa à universalização, com prazo o ano de 2016, da Educação Infantil, na pré-escola, para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliação da oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE.

O trabalho realizado pelo Tribunal de Contas, junto a uma equipe multidisciplinar de auditores, com formação específica para tal, foi o de realizar visitas nos conselhos tutelares e de educação dos municípios, nas secretarias de educação, saúde e assistência social, bem como nas unidades educacionais. Nessas visitas coletaram e conferiram documentos e registros fotográficos, além da realização de entrevistas com as equipes de governo municipais, com diretores(as) das escolas de Educação Infantil e com membros dos conselhos municipais. Após o término dos trabalhos de campo, realizaram reuniões e oficinas de trabalho para discutir, consolidar e materializar a “Matriz dos Achados de auditoria adaptada para cada circunstância municipal”. Essa “Matriz de Achados” foi encaminhada aos municípios para possibilitar a conferência e manifestação por parte

dos gestores. Após os comentários, revisaram os relatórios que foram entregues aos municípios com as devidas recomendações de melhorias aos problemas detectados.

Esse relatório contribuiu para consolidar o trabalho de sensibilização quanto à importância de monitorar e avaliar as ações do PME, do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Notou-se que a grande maioria das recomendações contidas no relatório do PAF, contribuíram enormemente para a avaliação das estratégias do PME. Outrossim, a participação das secretarias de educação nas discussões e construção das peças orçamentárias, algo que não ocorria em muitos municípios, foi definitivamente entendido como elementar para que as ações sejam planejadas e, de fato, aconteçam na educação. Antes da ação do tribunal de contas, esse entendimento estava fragilizado, sabia-se da importância, mas não era dado o devido valor, não se sustentava na prática. As equipes perceberam que muitas estratégias eram apenas sonhos, pois não estavam contempladas nas peças orçamentárias, ou eram inviáveis, sendo que muitas outras estratégias, que deveriam estar no plano, não estavam.

Todavia, as equipes, constituídas em sua totalidade por professoras(es), frente a essa realidade já sistematizada, de pouca participação da secretaria de educação nas decisões junto ao planejamento e financeiro da prefeitura, sentem-se desmotivados(as), realizando um trabalho mecanizado e inconsistente. Importante ressaltar, que dos oito municípios orientados pelo NRE de Guarapuava, apenas quatro foram auditados, até o primeiro semestre de 2018. Mas, embora nem todos tenham sido visitados pelo Tribunal de Contas, os depoimentos nos encontros, foram impactantes.

⁸ PAF – Plano Anual de Fiscalização, disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/plano-anual-de-fiscalizacao-paf/235000/area/47> Portaria nº 221/2017, publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do estado do Paraná nº 1551/2017, de 13/03/2017, destinada a auditar o cumprimento da Meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação nos Municípios paranaenses e Portaria nº 451/2017 que prorrogou o prazo de execução do Projeto PAF 2017 – Educação até a data de 19 de dezembro de 2017.

Apoiando-se nas ideias de Krasilchik, faz-se aqui um paralelo do trabalho realizado na secretaria pelas equipes do PME, ao de sala de aula, pois muitas vezes revelou-se semelhante:

(...) o docente, por falta de autoconfiança, de preparo, ou por comodismo, restringe-se a apresentar aos alunos, com o mínimo de modificações, o material previamente elaborado por autores que são aceitos como autoridades. Apoiado em material planejado por outros e produzido industrialmente, o professor abre mão de sua autonomia e liberdade, tornando-se simplesmente um técnico (KRASILCHIK, 2005. p. 184).

Frente a essa realidade, percebeu-se um grande desafio. Como, então, de forma significativa, poder-se-ia contribuir para essa superação, possibilitando às equipes condições de contextualizar seu trabalho, desmistificar que professores(as) não participam de ações de planejamento e orçamento, sendo meros executores técnicos dentro das prefeituras?

Nessa linha crítico-reflexiva de abordagem, as formações contaram com reflexões e sensibilizações. Nos primeiros encontros convidou-se palestrantes da universidade local para embasar a problemática. No entanto, detectou-se que as palestras, embora sejam importantes pontos de partida e muito significativas, nota-se que para alguns assuntos, ficam distantes da realidade e das particularidades dos municípios.

Percebeu-se então, que os municípios que já haviam avançado em algumas situações, poderiam contribuir com depoimentos, compartilhando suas ideias e ações. Dessa forma, passou-se a dividir o tempo dos encontros de formação, pautando-se em momentos em que as próprias secretarias realizaram apresentações e trocas de experiências, demonstrando umas às outras, como conseguiram alcançar metas e estratégias que antes pareciam intransponíveis.

Assim, no encaminhamento prático, a tarefa principal não se resumiu em ensinar a preencher planilhas e relatórios, mas sim, a de definir um trabalho significativo e sensibilizador, de maneira que a contextualização acontecesse de fato. No último encontro do primeiro semestre de 2018, trabalhou-se com a dinâmica, “MATRIZ FOFA”. Nesse encontro, cada município procurou suas forças e fraquezas, as ameaças e oportunidades, refletindo sobre seus problemas e avanços. O ponto mais alto observado, foi o de que as equipes enxergaram nos depoimentos uma das outras, forças que também possuem, fraquezas que já superaram, mas que não haviam percebido e, principalmente as várias oportunidades que poderão conquistar. Foi um momento especial. Esse tem sido o grande desafio como AE técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os profissionais da educação, a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade da educação, a evasão, a desistência escolar e a reprovação pela baixa proficiência, são problemas sempre presentes. O desejo em ter-se uma educação com mais qualidade é grande, no entanto, para além de questões políticas, são muitos os desafios que gestores, professores, técnicos e, talvez ainda mais daqueles/as que orientam a todos os envolvidos com o PME, os AEs técnicos, pois de certa forma, os caminhos lhes são indicados. E que caminhos são esses? Conclui-se que o trabalho como AE técnica local, está acima de ensinar a preencher planilhas e relatórios para o sistema. Incentivar para que se motivem e percebam as reais necessidades da educação, descritas nos planos municipais sob à luz dos planos estadual e nacional, precisam ser alcançadas, são as principais metas almejadas como avaliadora educacional.

Seria em vão, pobre e mesquinho, pautar-se apenas na burocracia do processo. Seria inválido, dispensável e irrelevante, valorizar apenas a entrega

9 “Matriz FOFA” - Análise Swot: Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF

de planilhas. Acredita-se que seja importante e que deva ser levado em consideração, é se de fato as crianças e jovens, estão sendo beneficiados com todo o processo criado pela Sase/MEC, razão da existência do PNE, dos PEEs e dos PME's.

Tendo-se como referência os municípios de Campina do Simão, Candói, Foz do Jordão, Guarapuava, Goioxim, Reserva do Iguaçu e Turvo, tem-se a certeza das melhorias e avanços que já obtiveram. Com as várias provocações encorajou-se às equipes a realizarem as consultas públicas, estreitando a relação entre setores da prefeitura e da sociedade, portanto, contemplados em suas especificidades priorizando o que as comunidades projetam para seu futuro. A partir das várias orientações individuais e em grupo, discussões, debates, palestras, dinâmicas, reflexões e formações sobre o processo de monitoramento e avaliação dos planos, espera-se que os municípios trilhem um caminho de conquistas positivas.

Para finalizar, levanta-se a hipótese de que os(as) professor(as) (integrantes das equipes) que estão submetidos ao processo de monitoramento e avaliação dos planos, nas secretarias, podem contribuir muito mais decisivamente para a execução das metas e estratégias, se participarem mais ativamente nas ações governamentais das prefeituras, no que concerne à educação (planejamento, administração/finanças, obras). No entanto, também ressalta-se que é preciso mais entendimento, mais participação e envolvimento desses/as que anseiam por melhorias. Melhorias essas, ovacionadas por muitos, mas vivenciadas pelos reais atores do processo, os(as) professores(as). Portanto, a priori, dar-lhes voz e voto, num país democrático, é mínimo. Exigir que exerçam essa função, é meio. E quando tomarem essas ações como exercício de cidadania, será máximo.

REFERÊNCIAS /CITAÇÕES

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **Planejando a Próxima Década. Alinhando os Planos de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br

_____. _____. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br

_____. _____. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br

JAPIASSU. H. **Dicionário básico de filosofia**. Ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro: 2008.

KRASILCHICK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: Ed. Pedagógicas e Universitária/Edusp. 1987.

NAKAGAWA, M. **Estratégia e Gestão: Análise Swot**. Editora Globo. Acesso em 10/07/2018. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Portal Dia a Dia Educação**. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/index.php>

TCE. **Plano Anual de Fiscalização/PAF. Educação Infantil**. PARANÁ. 2017. Disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/plano-anual-de-fiscalizacao-paf/235000/area/47>

ANEXOS

“A assistência técnica sobre a avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação é de suma importância para os municípios, pois contribui no desenvolvimento da avaliação, ajudando a tirar as dúvidas e a realizar as notas técnicas sobre as avaliações das metas do PME. A assistência auxilia no monitoramento contínuo dos planos em vigência, garantindo que os direitos de todos os cidadãos sejam cumpridos em âmbito municipal. Com assistência todas as metas são rigorosamente analisada e reformulada.”

Equipe PME - Campina do Simão



“A primeira questão a respeito da adequação do PME exige um trabalho ágil e organizado, pois o novo Plano Nacional determina que todos os municípios deverão adequar seus planos. O trabalho a ser feito envolve levantamento de dados e informações, estudos, análises, consultas públicas, decisões e acordos políticos, e nada disso acontece rapidamente e, tendo em vista que a maioria das equipes, de Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação foram trocadas, o apoio da AE técnica colabora em questões pontuais e é de grande valia. Os manuais não dão conta de assuntos pontuais, principalmente a respeito dos relatórios, dos planos de ação das secretarias, bem como das Consultas Públicas.”

Equipe PME - Pinhão



“Nossa equipe de monitoramento do município de Goioxim iniciou as atividades no final de 2015, ano em que o PME foi aprovado. Logo de início, tivemos muitas dúvidas em como fazer a avaliação do plano e por muitos meses nada foi feito. A partir do ano seguinte começamos a ter formações com a AE técnica de nosso NRE, Sílvia, e aos poucos fomos entendendo como deveria ser o processo de avaliação e monitoramento. Todas as formações são sempre objetivas e práticas visando o que tem que ser feito em cada etapa. A troca de experiências com os demais municípios também é enriquecedora, pois percebemos pontos em comum e assim, surgem ideias para melhorar o que não está a contento. Enquanto membro dessa comissão, considero de extrema importância o papel da AE técnica, porque certamente apenas com os cadernos de apoio, não conseguiríamos preencher todas as fichas e relatórios exigidos, tendo em vista que as dúvidas surgem durante todo o processo de monitoramento e precisamos de alguém com disponibilidade para esclarecê-las para que o processo não seja interrompido”.

Jaqueline Rossi - Comissão de Avaliação e Monitoramento do PME Goioxim



“Durante o período de estudos e monitoramento do PME se fez necessário reuniões no núcleo regional de educação e leitura do manual de orientação no qual constatamos que não abrangia na totalidade as dúvidas pertinentes ao preenchimento das tabelas, notas técnicas, busca ativa, planejamento e realização da audiência pública.

Com a orientação da Silvia na realização do PME facilitou o entendimento das ações necessárias para o desenvolvimento do trabalho em equipe e da realidade do município. Portanto é de suma importância a sua orientação nas equipes tanto técnica, quanto de avaliação, pois somente com a leitura do manual seria impossível trabalhar na questão de estudos e monitoramento do PME. Todas as vezes que solicitamos a sua orientação fomos atendidos rapidamente e assim aos poucos concluímos o PME e continuamos no monitoramento das metas e das estratégias”

Equipe PME - Reserva do Iguaçu



“A elaboração do PME reside no fato da educação ser a principal viga de sustentação do desenvolvimento de uma sociedade e, para o seu monitoramento necessita de constante etapas e planejamentos, não devendo ocorrer a “toque de caixa”, pois os danos podem ser irreparáveis. Analisando essa característica, vale ressaltar a importância e o trabalho dos AEs, destacando a assistência da Silvia Zanette Aragão, que proporciona formações contínuas com o envolvimento dos municípios que compõe o Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, favorecendo relatos de experiências, disponibilizando materiais orientadores, vídeos, pesquisas bibliográficas, que nos permitem melhor organização no monitoramento das ações previstas. Portanto, objetivamos relatar a experiência vivenciada, unificando e respeitando a individualidade de município, demonstrando parcerias para a finalidade de alcançar os resultados esperados, isso só está sendo possível através da composição articulada que pudesse dialogar.”

Coordenação do PME Guarapuava- Annelise Aparecida Chimanske Oliveira



“...esses momentos são tão importantes e significam a oportunidade de melhorar a qualidade técnica do diagnóstico, de ampliar a participação social e de qualificar ano a ano a execução das metas. Certamente, que os materiais disponibilizados foram e continuam sendo de grande valia, porém, a presença da técnica responsável pela orientação para efetivação do trabalho foi fundamental para que o trabalho pudesse fluir com qualidade, nos transmitindo segurança, sanando todas as dúvidas e principalmente sendo o aporte para que possamos cumprir todas as ações previstas durante o processo de avaliação e monitoramento do plano.

“Fernanda – Turvo



Recebemos o acompanhamento da técnica do NRE de educação de Guarapuava, Sra. Sílvia Zanette de Aragão, a qual nos orientou e auxiliou na organização e realização dos trabalhos de monitoramento do PME e, também, na realização da audiência pública para divulgação dos resultados aos profissionais da educação, comunidade escolar e outras pessoas interessadas no acompanhamento da execução do PME. As ações desenvolvidas pela técnica do NRE de Guarapuava, a Sra. Sílvia Zanette de Aragão foram muito importantes para que a equipe municipal pudesse realizar as Versões Preliminar e Final do Relatório Anual e de Primeira Avaliação do PME, pois nos encontros por ela ofertados no NRE, tirou as dúvidas quando não entendemos corretamente as instruções de documentos disponibilizados pelo MEC e possibilitou a troca de experiência entre os municípios pertencentes ao mesmo núcleo. Revisou os materiais que enviamos e nos retornou apontando correções necessárias. Incansavelmente nos alertou dos prazos e foi compreensiva quanto a ~~atrasos~~ prazos, nos atendeu pelo telefone particular, passando orientações mesmo em horários além do seu expediente de trabalho. Sílvia, pelo seu trabalho responsável e competente, nossos sinceros agradecimentos.

Angela M. D. da Rocha Equipe Técnica do PME –Candói



Apresentação da MATRIZ FOFA

